



Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social

O ASSISTENTE SOCIAL NA REDE DE ENSINO BÁSICA DAS ESCOLAS:

**A luta pela inserção no espaço escolar - desafios do profissional para a
intermediação entre a escola e a família de crianças e adolescentes**

VALNÉIA MARTINS DA SILVA

BRASÍLIA

2017

VALNÉIA MARTINS DA SILVA

O ASSISTENTE SOCIAL NA REDE DE ENSINO BÁSICA DAS ESCOLAS:

**A luta pela inserção no espaço escolar - desafios do profissional para a
intermediação entre a escola e a família de crianças e adolescentes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Drª Miriam de Souza Leão Albuquerque.

BRASÍLIA

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

VALNÉIA MARTINS DA SILVA

O ASSISTENTE SOCIAL NA REDE DE ENSINO BÁSICA DAS ESCOLAS:

**A luta pela inserção no espaço escolar - desafios do profissional para a
intermediação entre a escola e a família de crianças e adolescentes**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profª Drª Miriam de Souza Leão Albuquerque.

Aprovada em 29 de junho de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Carolina Cássia Batista Santos

Membro interno do SER/UnB

Profª Drª Silvia Cristina Yannoulas

Membro interno do SER/UnB

ORIENTADORA (SER/UnB):

Profª Drª Miriam de Souza Leão Albuquerque

Universidade de Brasília

DEDICATÓRIA

Em primeiro lugar, dedico este trabalho a Deus, que esteve e está sempre presente nos meus caminhos. À minha linda família que sempre me incentivou nessa longa jornada: minha querida mãe Aires, minha irmã Wsleia, minha prima e assistente social Clisciene e minha vida, que são meus filhos amados, Bruno e Erick. Amo todos vocês.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida, principalmente nesse último semestre, me apoiando e incentivando.

À professora Miriam Albuquerque pela orientação, paciência e dedicação durante todo o processo na realização e na conclusão deste trabalho.

Aos mestres e doutores do curso de Serviço Social e demais cursos na Academia dos quais tive o privilégio de participar e aprender.

À professora Sílvia Cristina Yannoulas que fez, indiretamente, com que eu admirasse e me interessasse pela área da educação por meio da disciplina “Política Social – Educação”.

À minha prima Clisciene, assistente social, que tanto me incentivou para estar aqui; sempre que precisei esteve ao meu lado presenteando com dicas importantes referentes a algum tema relativo à sua área profissional.

À minha terapeuta, Dra. Ana Maria, que, sem seus conselhos, talvez eu não conseguiria concluir meu TCC no tempo previsto.

Aos colegas da Academia que, ao longo do curso, tive o prazer de conhecer e discutir sobre os mais variados assuntos a respeito do nosso curso.

Gratidão a todos. Agradeço, também, o privilégio de ter realizado um dos meus grandes sonhos que era o de formar nesta maravilhosa universidade, que é a UnB.

Obrigada, meu Deus!

Obrigada, de coração, a todos!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso versa sobre a importância da inserção do assistente social nas escolas de ensino básico para que a sua intermediação entre escola, família e alunos possa ser efetivada de acordo com o que preceitua o Código de Ética do/a Assistente Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações. O estudo foi elaborado no primeiro semestre de 2017 utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, em bases abertas online, em idioma português, considerando: artigos científicos, Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, legislações propostas e aprovadas, livros e outras produções científicas ou legislativas que tratam do tema Educação e Serviço Social. O Estudo foi meticulosamente realizado de acordo com o que preceitua o Código de Ética do/a assistente social, e seus resultados apresentados de acordo com as normas atualizadas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O estudo permitiu refletir sobre os diversos problemas que acontecem nas escolas brasileiras decorrentes das manifestações da questão social, e que poderiam ser amenizados pela presença de assistente social no âmbito educacional. Com base na literatura científica e nos documentos legais analisados, é possível identificar que um dos eixos de reflexão para inclusão dos assistentes sociais nas escolas públicas são as expressões da questão social e a relação estabelecida entre a escola e a família, fatores estes que contribuem para a maioria das evasões escolares. Dada a importância do tema, torna-se necessário a realização de outras pesquisas sobre a integração entre os assistentes sociais, os profissionais da educação e a família dos alunos das escolas de ensino básico.

Palavras-chave: Assistente Social. Crianças e Adolescentes. Escolas Particulares e Públicas. Família.

ABSTRACT¹

This final college project was a research based on the insertion of the social worker in primary schools so that their intermediation between school, family and students can be done in accordance to the provisions established in the Code of Ethics of the Social Worker, The Statute of the Child and Adolescent, and other legislations as well. The study was elaborated in the first semester of 2017 using the techniques of bibliographic research and documental research, in open online bases in Portuguese language, considering: scientific articles, graduation papers, master dissertations, doctorate thesis, proposed and approved legislations, books and other scientific or legislative productions that deal with the theme Education and Social Work. The Study was meticulously done in accordance with the provisions established in the Code of Ethics of the Social Worker, and its results were in accordance with the updated standards of ABNT (Brazilian Association of Technical Norms). The study allowed us to reflect on the various problems that occur in the brazilian schools due to the manifestations of the social question, which could be mitigated by the presence of a social worker in the educational field. Based on the scientific literature and legal documents analyzed, it is possible to identify that one of the reasons for the inclusion of the social workers in the public schools are the means to express the social question and the relationship established between school and family, factor that contributes to the majority of the evasions in the schools. Given the importance of the theme, it is necessary to make further researches about the integration among social workers, the education professionals and the family of students in elementary schools.

Keywords: Social Worker. Public and Private Schools. Family. Children and adolescents.

¹ Responsável pela tradução: Andressa Messias da Silva.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS – Associação Brasileira de Assistentes Sociais

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CBAS – Congresso Nacional de Assistentes Sociais

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais

CCJC – Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania

CCP – Coordenação de Comissões Permanentes

CE – Comissão de Educação

CEC – Comissão de Educação e Cultura

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CFAS – Conselho Federal de Assistentes Sociais

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CRAS – Conselho Regional de Assistentes Sociais

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

CSSF – Comissão de Seguridade Social e Família

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

FENEP – Federação Nacional das Escolas Particulares

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

GT – Grupo de Trabalho

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PARFOR – Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PNE – Plano Nacional de Educação

PRONATEC – Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

UDN – União Democrática Nacional

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL	17
1.1 História das Escolas Públicas no Brasil	18
1.2 As legislações da Educação vigentes no Brasil	20
1.2.1 A Educação nas Constituições Federais.....	20
1.2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	23
1.2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	26
1.2.4 A Educação do Governo FHC ao Governo Temer.....	28
1.3 A precarização do trabalho dos profissionais da Educação.....	37
2 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO	42
2.1 A gênese do Serviço Social (breve histórico)	44
2.2 A história do Serviço Social na Educação.....	49
2.3 A criança, o adolescente e a família na Rede de Ensino.....	56
2.4 O Código de Ética do Assistente Social e sua importância na Educação.....	60
2.5 O CFESS e a Educação no Serviço Social.....	63
3 PROJETO DE LEI 3688/2000 E OUTROS PROJETOS AFINS	66
3.1 Histórico do Projeto de Lei nº 3.688/2000	66
3.2 O Estado de Minas Gerais e a lei de inserção do Assistente Social nas Escolas Públicas.....	70
3.3 As Escolas Particulares e o Assistente Social.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS.....	90

INTRODUÇÃO

A motivação pelo tema “educação” surgiu durante a minha trajetória no curso de Serviço Social na Universidade de Brasília, principalmente ao iniciar disciplinas relevantes ao objeto “educação e crianças/adolescentes”. É uma proposição bastante importante para se discutir a viabilização da inserção do profissional nas escolas, tendo em vista às dificuldades encontradas pelos pedagogos para que a família participe, com maior interesse, da vida escolar de seus filhos. Ouvindo, informalmente, relatos de alguns professores e amigos que atuam na área pedagógica em escolas públicas, pude perceber que a atuação de alguns familiares na vida escolar de seus filhos é mínima, apesar do envolvimento desse profissional, no contexto educacional, como implementação de políticas sociais nas escolas.

Particpei, no Departamento de Saúde Coletiva da UnB, de uma disciplina optativa denominada *Saúde e Sociedade*, cujo objetivo era o contato direto com crianças e adolescentes do 4º e 5º anos do Ensino Fundamental 1, numa Escola Classe localizada no Itapoã, em 2016, para realização de palestras referentes à saúde, como tipos de alimentos saudáveis; entrega da caderneta de saúde para as/os adolescentes; higienização corporal, com brincadeiras relativas aos assuntos propostos pelo docente responsável pela disciplina na UnB. O objetivo dessa disciplina é o de compreender o trabalho do profissional da saúde como uma prática social, inserindo, assim, o estudante no contexto social, cultural e político. Assim, dada a importância da disciplina para o contexto social e, a partir da parceria entre a Secretaria de Educação e o Departamento de Saúde Coletiva da UnB, os discentes matriculados nessa disciplina eram orientados pelo docente do departamento a realizar tarefas referentes aos temas propostos por meio da disciplina. As visitas eram realizadas a cada quinze dias somente para que os alunos do Ensino Fundamental 1 se conscientizassem de alguns temas relativos à vida saudável de acordo com a sua rotina, como explicitado anteriormente. Na turma em que fui inserida na Escola Classe do Itapoã (4º ano, turma D), juntamente com mais duas colegas de outros cursos (Farmácia e Nutrição), o relato da professora que era responsável por essa turma foi bastante interessante. Ela informou que há falta de incentivo de algumas famílias em relação aos seus filhos, alunos dessa turma. A partir dessa vivência, pude observar,

como estudante de Serviço Social, a importância que teria a inserção do assistente social nas escolas de ensino regular para que a mediação entre aluno, família e escola seja realmente efetivada.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar, sobretudo, a importância do assistente social no contexto educacional em relação ao aluno-família-escola dentro e fora, quando necessário, das escolas. O material bibliográfico pesquisado aborda a relevância do assistente social nas escolas nas quais já existe esse profissional (por exemplo, as escolas particulares que possuem caráter filantrópico), além de analisar algumas fontes documentais legais, tais como o Projeto de Lei nº 3.688/2000, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2000, visando estabelecer a obrigatoriedade da inserção do Assistente Social nas escolas públicas, com a finalidade de considerar o seu potencial benefício para a participação da família das crianças e adolescentes na rede de ensino e melhorar a qualidade educacional.

Os objetivos específicos deste TCC são:

- descrever a importância do papel do assistente social nas escolas públicas e particulares nas quais já atua, com base na literatura científica localizada;
- apontar quais direitos e deveres do assistente social na educação, com base nos subsídios e nas orientações elaboradas pela categoria; e
- analisar o Projeto de Lei n.º 3.688/2000, que visa tornar obrigatória a inserção do assistente social nas escolas públicas, bem como outras legislações sobre a matéria de níveis estadual e municipal.

Para o desenvolvimento deste trabalho, o estudo foi elaborado utilizando as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, em bases abertas *online*, em idioma português, considerando: artigos científicos, trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações de mestrado, teses de doutorado, legislações propostas e aprovadas, livros e outras produções científicas ou legislativas que tratam do tema educação e serviço social. O estudo foi meticulosamente realizado de acordo com o que preceitua o Código de Ética do/a assistente social.

O interesse no tema surgiu a partir dos estudos realizados em cinco disciplinas, durante o curso de graduação em Serviço Social na UnB, que chamaram

bastante minha atenção: 1) *Infância e Juventude na Contemporaneidade* (Departamento de Educação), 2) *Política Social – Educação* (Departamento de Serviço Social), 3) *Infância, Adolescência e Cidadania* (Departamento de Serviço Social), 4) *Filosofia e Educação* (Departamento de Educação), 5) *Saúde e Sociedade* (Departamento de Saúde Coletiva), por abordar temas relacionados a crianças e adolescentes, além de discussões a respeito das escolas públicas.

Questionar o papel do assistente social nas escolas, bem como sua inserção, atrai-nos para analisar até que ponto o profissional poderá ser articulado no contexto aluno-escola-família. Foi pensando nisso que, a partir das discussões iniciais com a minha orientadora, prof^a Miriam Albuquerque, iniciei pesquisas bibliográficas durante o 14º e 15º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizados em 2013 e 2016, respectivamente; e no XV Encontro Nacional de Pesquisadoras(es) em Serviço Social (ENPESS), realizado em 2016, uma vez que a professora Miriam participou desses eventos. Assim, encontrei vários artigos relacionados ao assistente social e a importância de sua inserção nas escolas públicas. Realizei uma nova pesquisa dentro dessas leituras propostas para que encontrasse artigos referentes ao tema, momento em que pude fazer uma pré seleção a partir das seguintes palavras-chaves: assistente social, escolas públicas e particulares, família e crianças e adolescentes.

A pesquisa bibliográfica que seguiu à fase exploratória foi realizada em *sites* abertos e seguros, em idioma português, tais como: Scielo, Google (universidades públicas e particulares do Brasil), além de revistas eletrônicas. Outra fonte de pesquisa foi a Biblioteca Digital da UnB (Universidade de Brasília). Dos temas/artigos encontrados tanto no CBAS quanto no ENPESS, poucos foram encontrados em *sites* acadêmicos e afins, totalizando, nesta pesquisa, onze artigos analisados dentro da proposta apresentada para o TCC, além de três TCCs e três teses relacionadas ao tema (anexo A); livros publicados sobre as escolas públicas e a atual realidade no país, também fizeram parte da minha bibliografia, além, sobretudo, dos marcos legais referentes à educação e ao Serviço Social, bem como documento do CFESS relacionado à educação e ao Projeto de Lei nº 3.688/2000 que, ainda, não foi aprovado.

Analisando os artigos científicos localizados e selecionados para efeitos deste estudo, os TCCs, e as teses (anexo A), a partir, também, das palavras-chave mencionadas acima, pude perceber que dissertam a respeito da importância da inserção do profissional nas escolas públicas (e particulares). A maioria discute sobre as legislações, tais como: Constituição Federal de 1988, ECA, LDB e o Projeto de Lei n.º 3.688/2000, que trata da inserção do assistente social nas escolas públicas, em tramitação no Congresso Nacional. A partir do questionamento: “em que medida o papel profissional do assistente social, a ser inserido nas escolas, poderá ter relevância para viabilizar a articulação entre a escola e a família no contexto educacional?”, foi criada inquietação sobre a sua responsabilidade dentro da escola pública, momento em que observei, nas leituras realizadas, que há uma certa preocupação da comunidade do Serviço Social a respeito dessa temática. Sobre esse assunto, o CFESS-CRESS apresenta um documento denominado “Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação”, na gestão de 2011-2014, que tem como objetivo o de

contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras.(CFESS, 2011-2014, apresentação)

Autores como Pedro Demo (1993, 2002 e 2004) e Vitor Paro (2007), descrevem, em suas publicações sobre as escolas públicas e seus profissionais, a defasagem na educação pública a partir de pesquisas em escolas públicas no Brasil. Uma das considerações desses autores seria a de que as escolas públicas não possuem o suporte necessário para a garantia dos direitos relacionados à educação em geral. Por meio da literatura científica localizada, podemos perceber que alguns Estados brasileiros já possuem assistentes sociais atuantes na educação básica pública (aqui serão analisados os casos do Estado de Minas Gerais e o município de Uberlândia), mas isso ainda representa um grande problema, por não haver a obrigatoriedade de sua inserção no campo da educação básica.

Esta pesquisa fez-nos refletir sobre os diversos problemas causados pelo fato de não possuir assistente social na maioria das escolas públicas do Brasil, pois profissionais da educação, e mais especificamente os pedagogos nos anos iniciais do

ensino fundamental, estão “cobrindo esse buraco” realizando, assim, tarefas que não são compatíveis com sua área de atuação e formação.

Fazer uma discussão do papel do assistente social nas escolas com base na literatura científica localizada; entender o significado dessa atuação em algumas escolas onde realmente é efetivada (como, por exemplo, as escolas particulares); e analisar, no contexto atual, o que propõe o Projeto de Lei em tramitação no Congresso Nacional, provocam-nos reflexão sobre a importância desse assunto no que tange à educação no Brasil, em se tratando das precariedades que ela se encontra.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, é apresentada a educação no Brasil, sua história, as legislações referentes à educação vigentes no Brasil (as Constituições Federais do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o Estatuto da Criança e do Adolescente); trazendo, também, um breve relato sobre a precarização do trabalho dos profissionais da educação. No segundo capítulo, será abordada a relação entre o Serviço Social e a Educação, a partir de sua gênese (um breve resumo), a história do Serviço Social na educação; descrevendo, também, sobre a criança, o adolescente e a família na rede de ensino; ressaltando, inclusive, o *Código de Ética do Assistente Social* e sua importância na educação; o CFESS e a educação no Serviço Social, além da importância das legislações em relação à educação básica de crianças e adolescentes. No terceiro capítulo, será realizado um estudo a respeito do Projeto de Lei n.º 3.688/2000 e outros projetos afins, o histórico do PL n.º 3.688/2000, relatando um pouco sobre a Lei de inserção de assistentes sociais nas escolas públicas do Estado de Minas Gerais, além de descrever, também, a inserção de assistentes sociais nas escolas privadas.

É um tema bastante interessante que leva o profissional do serviço social a se questionar sobre o porquê de ainda não estar inserido numa política pública importante para o contexto social, uma vez que é na educação básica que nascem os cidadãos do futuro.

1. O DIREITO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

A educação, base para o futuro do ser humano, tem por finalidade a compreensão no mundo do conhecimento, objetivando inseri-lo no futuro para o mercado de trabalho. Segundo a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 6º, 205 e 208, a educação é um direito do cidadão, bem como um dever do Estado. É importante ressaltar que a educação consta como um dos direitos sociais a serem cumpridos segundo a Carta Magna, uma vez que ela é primordial para que a sociedade tenha consciência de seus direitos, bem como de seus deveres para com o país em que se vive. Mas a realidade é outra como podemos observar a seguir:

Em famílias mais pobres, além de condições precárias de estudo em casa, pode haver baixo nível cultural dos pais, o que obstaculiza em geral a dedicação aos estudos, a par de ambiente adverso (favela, área infestada de drogas, por exemplo). (DEMO, 2004, p.17)

Segundo Demo (2004), ainda há outros fatores que, para ele “as causas do fracasso escolar são múltiplas, exógenas e endógenas. Entre as *causas exógenas*, conta-se principalmente a pobreza das famílias, tanto material quanto política. [...]” (DEMO, 2004, p.149). O desconhecimento de algumas dessas famílias em relação aos direitos relacionados à educação, faz com que, muitas vezes, a criança ou o adolescente deixam de frequentar a escola, isso é o que chamamos de evasão escolar.

A educação é um dos pilares que recebemos desde a infância até os dias atuais para que tenhamos consciência e amadurecimento para planejar um futuro promissor como cidadão brasileiro. De acordo com o Censo Escolar de 2016², a maioria das escolas públicas de ensino básico (acima de 50%) possui infraestrutura adequada, sendo que a zona urbana apresenta um índice maior que a zona rural. Infelizmente, o que vemos e ouvimos no censo comum (as mídias, por exemplo) é

² Disponível no site: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 1º/06/2017.

que escolas públicas estão sem infraestrutura adequada para acolher essas crianças e adolescentes.

No Brasil, a educação sempre foi uma constante luta para que os direitos sejam realmente garantidos às crianças e aos adolescentes. Segundo Arcanjo e Hanashiro (2010, p. 118), “as manifestações estudantis ficaram famosas até os dias de hoje, pois envolviam toda uma sociedade que se rebelava contra leis e atos do governo, lutando por liberdade e justiça [...]”. Lutar por liberdade e justiça, contra leis injustas e atos do governo, sempre foi uma forma de conscientização da classe estudantil. A luta por melhores condições na educação é sempre um dos motivos dessas manifestações estudantis.

Aprender sobre a educação nos remete à força de uma sociedade que sempre buscou por melhorias por meio de lutas contra reformas governamentais que nada, ou quase nada, agregaram a essa política. A busca por direitos básicos nessa área é uma constante. Cita-se, como exemplo, as diversas greves dos professores nas redes de ensino públicas.

Logo, é importante compreender que a educação no Brasil ainda é uma constante luta por direitos. Assim, entende-se que a educação brasileira faz parte da vida da sociedade como um processo do conhecimento de seus direitos.

Neste capítulo, o ponto de partida será entender a história da educação, salientando suas legislações e mostrando até que ponto o papel desempenhado pelo pedagogo agrega vantagens na educação e no cotidiano dos alunos e suas famílias.

1.1 História das Escolas Públicas no Brasil

Desde a chegada dos portugueses ao Brasil, a educação é a ferramenta eficaz para a comunicação entre os povos. Aprendemos na escola, desde pequenos, a história do Brasil, a partir de sua descoberta em 1500, com a chegada da corte portuguesa. "Em março de 1549 chega ao Brasil Tomé de Souza com seis padres jesuítas, chefiados pelo padre Manoel de Nóbrega." (STEPHANOU e BASTOS, 2004, p.27).

Assim a introdução da educação pelos jesuítas aos índios foi o marco da nossa educação brasileira, entre os séculos XVI e XVII. Com a outorga da Constituição de 1824, a educação começa a passar por transformações, sendo que:

Naquele tempo o país não era dividido em Estados, e sim em Províncias, cada uma era responsável pela administração do ensino primário e secundário (ensino fundamental de hoje), e pela criação de cursos, escolas e faculdades, assim como seus custos. (ARCANJO e HANASHIRO, 2010, p.47)

O século XIX foi marcado, na educação, como forma de organização e responsabilidade dos Estados em relação ao ensino, período em que as crianças não estudavam mais em suas casas, pois havia a obrigatoriedade de construção de escolas para integração das crianças em sociedade.

Outra marca importante para a educação foram as lutas para um ensino mais amplo com as inovações pedagógicas, como bem descreve Hilsdorf (2003) “aqui também elas possibilitariam o atendimento às aspirações da modernidade, inclusive aquela da formação dos trabalhadores nacionais e estrangeiros.”

A educação sempre passou por várias transformações para adequação ao contexto social e político da época. Como citado acima, o século XIX é pautado pela conscientização da sociedade em relação ao seus direitos, modelados a partir da formação do trabalhador que seria a grande vitória no contexto social, pois, a partir da educação, a luta pelos direitos trabalhistas tinha objetivos mais contundentes para que suas reivindicações fossem atendidas em parte ou em sua totalidade.

Na segunda metade do século XIX, os republicanos abrem espaço para a modernidade. Assim:

A educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecida em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que formaria o homem progressista, adequado aos tempos modernos, é que tornariam o súdito em cidadão ativo. (HILSDORF, 2003, p.60)

Percebe-se que, na fase republicana, buscou-se uma educação voltada aos trabalhadores para um aprendizado mais específico, ou seja, um ensino

relacionado a uma profissão a qual despertava o interesse do cidadão, que busca conquista pessoal e social.

Ainda no século XIX, houve um movimento muito importante para os dias atuais, que foi o movimento socialista, com a formação do Partido Operário que lutava pelos direitos trabalhistas, necessitando, para isso, de uma educação política para que os trabalhadores tivessem maior clareza sobre o seu papel diante do patronato.

No início do século XX, houve uma grande preocupação para que a educação moderna passasse por uma grande transformação. Com a Revolução de 30 ou Revolução burguesa, a marca histórica para a educação foi a introdução da Escola Nova “separando a mentalidade tradicional e velha da nova e progressista.” (HILSDORF, 2003, p.79).

Houve, então, uma separação entre os tradicionalista e os progressistas, fazendo com que a educação passasse por uma nova transformação metodológica, o que trouxe benefícios mais contundentes, como a formação de professores e conteúdos atualizados para a época. Já o século XIX preocupar-se com a educação técnica para os trabalhadores.

Em meados do século XX, ocorreu a grande transformação política na educação brasileira com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBE), a qual estava determinada pela Constituição de 1946. Segundo Saviani (1987, p.31), “o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional decorreu da exigência do art. 5º, XV, d, da Constituição Federal, de 18 de setembro de 1946”³.

1.2 As legislações educacionais vigentes no Brasil

1.2.1 A Educação nas Constituições Federais

³ Art.5º - Compete à União:
XV – legislar sobre:
d) diretrizes e base da educacional nacional;
(Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/92058/constituicao-dos-estadosunidos-do-brasil-46#art-5>. Acesso em 09/05/2017)

De acordo com as Constituições Federais outorgadas no período de 1824 a 1988, a educação esteve sempre presente, vejamos:

Constituição de 1824 ou Constituição Política do Império do Brasil (25/03/1824)⁴: na primeira Constituição, percebe-se que a gratuidade é garantida para o ensino primário, além da criação de universidades, conforme consta no artigo 179, incisos XXXII e XXXIII.

Constituição de 1891 ou Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24/02/1891)⁵: Já nesta constituição o foco ficou para a criação dos ensinos secundário e superior, de acordo com o Capítulo IV, artigo 35, §§ 2º, 3º e 4º.

Constituição de 1934 ou Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (16/07/1934)⁶: Prevê vários dispositivos que tratam da educação, estando eles especificados nos artigos 5º, inciso XIV; 10º, inciso VI; 108, alínea “a”; 113, nº 36; 139, 148 ao 158 e 172, § 1º, além das disposições transitórias, em seu artigo 20.

Pode-se notar que a Constituição de 1934 incorporou os direitos sociais aos direitos dos cidadãos. A Carta em comento apresentou dispositivos que organizavam a educação nacional, mediante previsão e especificação de linhas gerais de um plano nacional de educação e competência do Conselho Nacional de Educação para elaborá-lo, criação dos sistemas educativos nos estados, prevendo os órgãos de sua composição como corolário do próprio princípio federativo e destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Também estabeleceu a garantia de imunidade de impostos para estabelecimentos particulares, de liberdade de cátedra e de auxílio a alunos necessitados e determinação de provimento de cargos do magistério oficial mediante concurso público. (SOUZA e SANTANA, 2010, n.p)

Nesta Constituição a educação passa a ter relevante importância para sua efetivação tratando-se, inclusive, dos recursos próprios para essa política.

⁴ Disponível no site oficial do Governo Federal:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 11/05/2017.

⁵ Disponível no site oficial do Governo Federal:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 11/05/2017

⁶ Disponível no site oficial do Governo Federal:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 11/05/2017

Constituição de 1937 ou Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10/11/1937):⁷ Na Constituição de 1937, constam os seguintes artigos: 15, inciso IX; 16, inciso XXIV; 117, alínea “a”; 125 ao 133.

Na Constituição de 1937 houve enorme retrocesso na medida em que o texto constitucional vinculou a educação a valores cívicos e econômicos. Não houve preocupação com o ensino público, sendo o primeiro dispositivo no trato da matéria dedicado a estabelecer a livre iniciativa. A centralização é reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos estados, como pela própria rigidez do regime ditatorial. (SOUZA e SANTANA, 2010, n.p)

A educação fica vinculada tanto aos valores cívicos quanto econômicos, fortalecendo, assim, sua centralização nos poderes públicos e na iniciativa privada.

Constituição de 1946 ou Constituição dos Estados Unidos do Brasil (18/09/1946):⁸ Na Constituição de 1946, constam os seguintes artigos: 5º, inciso XV, alínea “d”; 6º, 31, inciso V, alínea “b”, 132, inciso I; 166 ao 174; 185; 187 e 203. Recupera-se, aqui, os princípios existentes nas constituições de 1891 e 1934, incluindo, também, as Diretrizes e Bases da Educação de competência da União, assim como os recursos para que o ensino seja mantido de forma a garantir os direitos dos alunos e profissionais da área pedagógica.

Constituição de 1967 ou Constituição da República Federativa do Brasil (24/01/1967):⁹ Nela constam os seguintes artigos: 8º, incisos XIV e XVII, alínea “q” §2º; 15, §3º, alínea “f”; 20, inciso III, alínea “c”; 99, incisos I, II e III, §§ 1º, 2º, 3º e 4º; 142, §3º; 147, §4º; 150; 165, inciso XX; 168; 175; 176, §§ 1º, 2º e 3º, incisos I ao VII, § 4º; 169; 177, §§ 1º e 2º; 178; 179. A partir dessa Constituição, o fortalecimento das instituições privadas é visível, juntamente com bolsas de ensino nessas redes. Outro fator importante foi a diminuição da receita referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

⁷ Disponível no site oficial do Governo Federal:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 11/05/2017

⁸ Disponível no site oficial do Governo Federal:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 11/05/2017

⁹ Disponível no site oficial do Governo Federal:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 11/05/2017

Constituição de 1988 ou Constituição da República Federativa do Brasil (05/10/1988):¹⁰ Na atual Constituição, a educação passa a ter os seguintes artigos: 6º; 7º, inciso XXV; 22, inciso XXIV; 23, inciso V; 24, inciso IX; 30, inciso VI; 34, inciso VII, alínea “e”; 35, inciso III; 37, inciso XVI, alíneas “a” e “b”; 40, inciso III, alínea “a” e “b”, §5º; 150, VI, “c”, §4º; 201, §7º, I, §8º; 205; 206, incisos I ao VIII; 207, § 1º e 2º; 208, inciso I ao VII, §§ 1º ao 3º; 209, inciso I e II; 210, §§ 1º e 2º; 211, §§ 1º ao 5º; 212, §§ 1º ao 6º; 213, incisos I e II, §§ 1º e 2º; 214, incisos I ao VI; 218; 225, § 1º, inciso VI; 227, § 3º, III; 242, §§ 1º e 2º. Em seguida, *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*.

Assim como na Constituição de 1967, coube à União legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação. O direito à educação passa a ser um princípio fundamental na nova Carta. Total autonomia às universidades foi outro fator primordial. Foram grandes conquistas proporcionadas pela nova Constituição que fortaleceram não só os profissionais da educação, mas também os cidadãos, a lutarem pelos seus direitos para que a política de educação seja realmente efetivada da forma como consta em seus artigos.

1.2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) possui mais de 50 anos. A primeira lei foi sancionada em 1961, no governo de João Goulart. Contudo:

O projeto de lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional decorreu da exigência do art. 5º, Xv, d, da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Para dar cumprimento a esse dispositivo constitucional, que concedeu à União competência para fixar as “diretrizes e bases da educação nacional”, o ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu uma comissão composta por educadores de variadas tendências. A referida comissão foi instalada em 29 de abril de 1947. (SAVIANI, 1987, p.31)

Somente em 1948, o projeto foi encaminhado à Câmara Federal para apreciação, uma vez que o ministro da Educação e Saúde também era membro da União Democrática Nacional (UDN), o que provocou várias mudanças no texto original. O Presidente da República, à época, era Eurico Dutra, do Partido Social

¹⁰ Disponível no site oficial do Governo Federal:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11/05/2017

Democrático (PSD). Segundo a fala do ministro, a referida lei não tinha a importância pedagógica e, sim, política.

Em 1957 um novo projeto foi apresentado em decorrência de várias mudanças em seu texto original e aprovado pela Comissão de Educação e Cultura. Mesmo assim, houve várias mudanças nesse novo projeto, o que provocou um grande atraso para que a primeira lei fosse aprovada.

Em 1961, finalmente temos a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei n.º 4.024/61, sancionada em 20 de dezembro de 1961, pelo então Presidente da República João Goulart. Nela, a autonomia dos municípios é ínfima, uma vez que dependiam dos Estados e da União; havia, também, pouco investimento para o curso de professores nas universidades. Em 1968 foi sancionada a Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, fixando, assim, as normas de organização e funcionamento do ensino superior, conhecida, também como lei da reforma universitária. Em 1971, a Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, é sancionada, atendendo, assim, às demandas dos ensinos de 1º e 2º graus. Ambas as leis correspondem às alterações na Lei n.º 4.024/61, sendo que a Lei n.º 5.692/71 é a segunda versão da LDB.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal e com a abertura de artigos que propõem uma educação mais consistente,

o deputado Octávio Elísio apresentou na Câmara Federal um projeto fixando as diretrizes e bases nacionais frente à nova realidade da educação e da sociedade brasileira, seguindo os parâmetros da nova Carta Magna. O projeto em pauta propusera uma ampliação dos recursos para educação pública. Para a elaboração do texto final da proposta, definiu-se em uma discussão na Câmara Federal o deputado Jorge Hage como relator do projeto. (CERQUEIRA, *et al.*, 2013)

A versão atual da LDB, a Lei n.º 9.394, foi sancionada no dia 20 de dezembro de 1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educacional nacional. Foram longos oito anos para que, finalmente, essa lei fosse sancionada, até porque, de acordo com Alves (2002) *apud* Cerqueira, *et al.*(2013),

a lei aprovada é o cumprimento de um programa tornando-se um marco simbólico de uma guinada neoconservadora da educação no Brasil na década de 90, nos moldes do ideário neoliberal. Esse programa começou a

ser implementado no Brasil de forma mais sistemática e incisiva no governo de Collor e de FHC; ainda assim, a lei permanece ambígua porque conceitua, mas não assegura o próprio cumprimento. (ALVES, 2002 apud CERQUEIRA, et al., 2013, n.p)

O projeto de lei sobre educação que fora aprovado em 1996 teve como relator o senador Darcy Ribeiro. Essa lei ficou conhecida como “Lei Darcy Ribeiro de Educação Nacional”. Retrocedendo, ainda a 1988, havia um projeto de lei no Congresso Nacional referente à LDB, o qual não foi apreciado uma vez que, à época, o país passava por turbulências econômicas. Após a aprovação da LDB e durante esses vinte anos, foram realizadas “mais de 40 alterações sob a forma de leis no corpo legal da lei então sancionada.” (CURY, 2017, n.p). A educação básica, sendo direito do cidadão, passa por diversas transformações a partir da atual LDB, cujas lutas intensificaram entre o velho e o novo que, segundo Cury (2008), iguala-se à modernidade da economia e uma “desigualdade social presa em formas autocráticas, autoritárias de mando político.” Foi um processo lento para que a lei fosse finalmente promulgada. Assim

A educação básica, por ser um momento privilegiado em que a igualdade cruza com a equidade, tomou a si a formalização legal do atendimento a determinados grupos sociais, como as pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais, como os afrodescendentes, que devem ser sujeitos de uma desconstrução de estereótipos, preconceitos e discriminações, tanto pelo papel socializador da escola quanto pelo seu papel de transmissão de conhecimentos científicos, verazes e significativos. (CURY, 2008, p.300)

Os principais benefícios na lei aprovada são

Inclusão da educação infantil como primeira etapa da educação básica, ensino fundamental de 8 anos obrigatório e gratuito, carga horária mínima de 200 dias letivos ou 800 horas, criação do Plano Nacional de Educação (PNE), a União deve gastar no mínimo 18% e, Estados e municípios, no mínimo de 25% com o ensino público, exigência de formação de nível superior para atuar na educação básica. (MANDELLI, 2012, n.p)

A Lei n.º 9.394/96 foi um grande avanço para a educação, porém ainda há muito o que fazer para que realmente ela seja efetivada em seus propósitos, desde a criação de mais creches para crianças de até 3 anos de idade, assim como mais universidades públicas para o ingresso gratuito de jovens. Ainda falta a qualidade no

ensino, gerando desconfortos para os que nela atuam. A Constituição Federal de 1988 assegura gastos na educação¹¹, porém, a realidade vem sendo outra, pois os recursos mínimos não estão sendo efetivados na forma como deveriam ser. Urge uma saída para uma educação de qualidade, na qual o Estado assume a responsabilidade de uma educação em prol de uma sociedade que não aceita desmandos de um governo que desvia sua verba para outros planos em favor próprio e não da população.

1.2.3 O Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado por meio da Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990, ou seja, três anos após a promulgação da Constituição Federal, e tem como objetivo primordial a proteção integral da criança e do adolescente, os quais passaram, assim, a ser reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres. O Estatuto está dividido em duas partes (livros I e II), sendo que, a primeira parte trata de seus direitos fundamentais e a segunda aborda os órgãos e as medidas protetivas. De acordo com o ECA, em seu parágrafo 4º:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

¹¹ Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei(...)

§ 1º Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

Neste artigo, percebe-se que a família está em primeiro plano como responsável para que todos os direitos acima elencados sejam efetivados; contudo, além do poder público, outros entes também são convocados a participarem: a comunidade e a sociedade em geral. Há uma consonância em relação a esse artigo com o artigo 227 da CF/88.¹²

No Capítulo IV do Livro I do Estatuto, consta o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Nesse capítulo, além do direito à educação (artigo 53), consta como dever do Estado assegurar tal medida (artigo 54), garantindo o seu bem-estar, conforme preceitua o artigo 56, dentre outros direitos relacionados à educação.

Importante salientar que tais dispositivos, conforme mencionado anteriormente, são apresentados em alguns artigos da CF/88¹³, uma vez que nela a prioridade pela educação, além dos direitos da criança e do adolescente em relação ao seu ingresso, foi uma das grandes conquistas para a população, sobretudo para as crianças e os adolescentes, os quais têm assegurado o ingresso gratuito à educação, desde a creche até a universidade.

Cabe esclarecer, ainda, que a participação dos pais em relação à educação escolar dos filhos é de suma importância. Apesar do desconhecimento da lei por parte de um número considerável de pais, como por exemplo, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)¹⁴, que “é um programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar sua gestão.” (BRASIL, 2007).

O PDE veio para reforçar a organização nas escolas públicas, a partir de análise em conjunto com os profissionais, identificando e resolvendo os problemas existentes. Para tanto, é necessário que receba recursos para a viabilização desse

¹² Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...) (trecho retirado do site oficial do Governo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12/05/2017)

¹³ Ver os artigos 6º e 205 ao 214 da Constituição Federal de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

¹⁴ Disponível no site: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>. Acesso em 15/05/2017.

programa. A comunidade participa da gestão escolar por meio de sugestões em reuniões realizadas nas escolas.

É importante reforçar que a participação da família em todos os momentos da vida escolar do seu filho é primordial para que juntos possam fazer valer todos os direitos elencados no ECA, na CF/88 e na LDB.

1.2.4 A Educação do Governo FHC ao Governo Temer

No governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2003), final do século XX e início do século XXI, a política de educação foi uma das cinco metas prioritárias. Segundo o artigo publicado por Jorge Fernando Hermida, na Universidade Federal da Paraíba¹⁵, “a reforma educativa proposta pelo governo foi intensamente questionada pelo movimento organizado na sociedade civil, defensor do ensino público e gratuito para todos os brasileiros.” (HERMIDA, 2012). Para o movimento, a reforma educacional para o governo tinha “objetivos de natureza neoliberal”. Mas, para o autor “nunca antes um governo havia feito tanto pela educação brasileira como fez o governo de Fernando Henrique Cardoso.” Assim, fixaremos nos feitos do governo em seus dois mandatos na política de educação. O autor complementa mais adiante que

Em que pesem as boas intenções do governo, e mesmo reconhecendo-se neste artigo que nunca antes um governo havia feito tanto pela educação brasileira como fez o governo de FHC, tem-se que reconhecer que o caráter minimalista da nova LDBEN e de sua vasta legislação complementar, a comprovada desobrigação do Estado com a universalização da educação nacional, as contradições existentes entre os objetivos proclamados e os objetivos reais, entre igualdade formal e desigualdade real, entre indivíduo e sociedade, entre alienação e educação emancipadora, entre a natureza do capitalismo e da escola e os mitos da igualdade de oportunidades e da erradicação da pobreza através da educação – que caracterizaram a proposta educacional da era FHC – permitem confirmar a clara concepção neoliberal da reforma. (HERMIDA, 2012, n.p)

O governo de FHC iniciou sete anos após a promulgação da Constituição Federal (1988) e foi como uma continuidade nas reformas da educação, pois os

¹⁵ O artigo, intitulado “A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções”, foi apresentado no IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, na Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, no período de 31/07 a 03/08/2012.

preceitos da Carta eram contundentes no que diz respeito à obrigatoriedade do ensino básico gratuito. Sendo assim

Na concepção educativa do governo, a escola passa a ser o local social privilegiado da formação do novo homem para uma nova cultura, isto é, a cultura urbano-industrial que tem na organização do mundo do trabalho e do capital um dos seus principais determinantes. O caráter minimalista da nova LDB, o papel do Estado na universalização da educação nacional, as contradições e os mitos existentes já citados caracterizam a proposta educacional do governo de FHC como neoliberal, pois teve como princípio determinante a estreita relação ciência-capital. (HERMIDA, 2012)

Entende-se que o objetivo do governo era o trabalho e o capital, base da economia brasileira, assim como base para a formação do homem e suas concepções neoliberais, vinculando, assim, a educação com o desenvolvimento.

Neste período foram apresentados dois projetos: um do poder executivo e outro elaborado pela sociedade civil e afins, sendo que o projeto que prevaleceu foi o primeiro, embora até hoje a luta pela reforma educacional continue, tendo em vista os problemas apresentados desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. De acordo com Hermida

A proposta de reforma se inseriu na lógica das mudanças que ocorreram no mundo todo e procurava adequar a educação a uma nova orientação, acorde com as exigências explicitadas por vários organismos internacionais. Com as orientações advindas do Consenso de Washington, o governo FHC iniciou a reforma do Estado, impondo uma visão economista aos problemas sociais. (HERMIDA, 2012)

O Consenso de Washington¹⁶ não tratou de problemas sociais ligados à saúde, educação e eliminação da pobreza, por exemplo. Essas questões seriam resolvidas como consequência da liberalização econômica.

¹⁶ O Consenso de Washington foi uma denominação dada como resultado de uma reunião feita em 1989 na capital dos Estados Unidos com funcionários do governo americano, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O encontro tinha como objetivo realizar uma avaliação das reformas econômicas feitas pelos países da América Latina e nesse sentido diversos economistas latino americanos participaram para relatar as experiências obtidas pelos seus respectivos países. O Consenso de Washington não tratou de problemas sociais ligados a saúde, educação e eliminação da pobreza dentre outros. Estas questões seriam resolvidas como consequência da liberalização econômica. O Brasil foi um dos poucos países que não aceitaram imediatamente estas regras, mas as aplicou rapidamente ao longo da década de 1990. A principal medida adotada pelo governo brasileiro foi a política de privatizações. As medidas do Consenso de Washington ao Brasil foram fundamentais para que o país

No governo Collor (15/03/1990 a 29/12/1992), iniciou-se o processo de abertura da sua economia com maior exposição à competição internacional, em seguida, o processo de privatização (governo Itamar Franco). As privatizações aceleraram-se no governo FHC (setor de telecomunicações, Companhia Vale do Rio Doce, Telebrás, bancos estaduais). A criação da *Lei de Responsabilidade Fiscal*¹⁷ trouxe à tona os desvios de verbas públicas, principalmente nas áreas da educação, saúde e assistência social, por tratar-se de uma lei que autoriza que os governadores de estado e prefeitos gastem apenas o que arrecadam, além de impor limites ao endividamento desses entes federativos. Muitas escolas públicas de diversos municípios não recebem a verba destinada para os fins propostos, uma vez que, sequer, chegam ao seu destino final.

Apesar das contradições apresentadas no governo FHC em relação à política de educação, o seu trunfo foi a nova LDB que resgatou prioridades na educação gratuita, desobrigando o Governo Federal a essa responsabilidade, ao mesmo tempo em que divide a mesma atribuição com os governos estaduais e municipais. Mesmo assim, apesar da recessão econômica de 1990¹⁸, o objetivo do governo era o de reconhecer o trabalhador como emancipador diante da sociedade, a partir da globalização, mostrando que as concepções neoliberais¹⁹ no seu governo foram mantidas.

conseguisse se ajustar e promover o desenvolvimento econômico que hoje caracteriza a sua economia. Disponível nos sites: <https://fernandacls.jusbrasil.com.br/artigos/151335521/o-consenso-de-washington-e-seus-reflexos-no-direito-economico>; <http://www.estudopratico.com.br/consenso-de-washington-objetivos-regras-e-o-brasil/> - 09/05/2015; http://operamundi.uol.com.br/conteudo/opiniao/esp_1350/o+consenso+de+washington+.shtml 14/01/201. Acessados em 26/05/2017.

¹⁷Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 26/05/2017)

¹⁸ A receita, baseada na manutenção de políticas econômicas com altas taxas de juros, provocou no país uma grande recessão e a abertura da economia e à economia global. Como resultado, tem-se nos anos noventa o desmonte do parque industrial e produtivo nacional, o desemprego em grande escala, a desnacionalização da economia, o abandono da produção agrícola e a transferência do patrimônio público para incentivar a instalação, no território nacional, de empresas multinacionais. Com a adoção dos princípios liberais, a estabilidade monetária foi decretada prioridade número um e o monetarismo e o liberalismo passaram a ser a “religião oficial” das políticas do governo FHC. (Fonte: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf. Acesso em 25/05/2017)

¹⁹ Na política, neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. Os autores neoliberalistas afirmam que o estado é o principal responsável por anomalias no funcionamento do mercado livre, porque o seu grande tamanho e atividade constroem os agentes econômicos privados. (disponível no site: <https://www.significados.com.br/neoliberalismo/>. Acesso em 25/05/2017)

No século XXI, a política de educação no governo Lula passou por muitas transformações, dando continuidade ao Bolsa Escola²⁰ do governo FHC.

No governo Lula esta bolsa foi muito ampliada e transformada na Bolsa Família, incluindo a população sem filhos em idade escolar, o que implicou um aumento considerável da população atendida. A frequência à escola pelos filhos em idade escolar continua sendo exigida, mas não tem sido controlada. (DURHAM, 2010)

O Bolsa Escola²¹ foi um grande momento na vida das famílias brasileiras, tendo como principal objetivo a manutenção das crianças na escola sem precisar trabalhar para ajudar os pais, auxiliando, assim, as famílias de baixa renda com uma quantia em dinheiro.

Em 9 de janeiro de 2004, foi criado o Programa Bolsa Família²², através da Lei n.º 10.836, em substituição aos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e do Cadastro Único do Governo Federal, cujo benefício é destinado às famílias que se encontrem na extrema pobreza. O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é o responsável pelo Programa, que tem o compromisso de reforçar o acesso das famílias à educação e à saúde. Um dos parâmetros para se obter o Bolsa Família é a frequência escolar que, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2004, elevou para mais de 50%.²³

Outro programa muito importante, contínuo aos governos FHC e Lula, foi o programa de formação do professor

uma política já antiga utilizada pela União e pelos estados, qual seja, a oferta de cursos de aperfeiçoamento para professores em exercício nas redes públicas. Entretanto, pesquisas realizadas com dados do SAEB têm demonstrado que eles pouco ou nada contribuíram para melhorar o

²⁰ A ideia do Bolsa Escola não foi criado pelo governo Fernando Henrique, mas por Cristóvão Buarque, durante sua gestão como governador do Distrito Federal, de 1995 a 1998. (Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300009. Acesso em 10/05/2017)

²¹ Criado em 2001, o programa Bolsa Escola funcionava como um programa de transferência de recursos para a manutenção das crianças nas escolas. Assim, a criança não precisaria trabalhar para ajudar os pais, uma vez que o benefício era recebido. Para gozar dos direitos da bolsa, era preciso apresentar frequência na sala de aula de no mínimo 85% e possuir renda inferior a R\$ 90,00 (valor exigido em 2001). (Fonte: <http://bolsa-familia.info/bolsa-escola.html>. Acesso em 25/05/2017).

²² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em 04/07/2017.

²³ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/1899-frequencia-escolar-informada-aumenta-para-55>. Acesso em 04/07/2017.

desempenho dos alunos. A raiz do problema parece residir na formação inicial dos docentes, especialmente no que diz respeito às séries iniciais. (DURHAM, 2010)

Entende-se que a formação inicial do professor interfere para a melhoria do ensino. Até hoje é uma necessidade muito grande que o professor realize cursos de aperfeiçoamentos em sua área ou áreas afins para que possa, em sua profissão, contribuir para um melhor desempenho dos alunos.

Darcy Ribeiro já dizia que era preciso uma reforma profunda de todo o sistema de formação de docentes para o ensino básico e que não adiantava formar em nível superior se os cursos de formação continuassem a apresentar os mesmos defeitos que os caracterizavam. É exatamente isso que continua acontecendo. (DURHAM, 2010)

Vários autores da área da educação também mencionam, em suas publicações, a grande necessidade dessa reforma em relação ao profissional. Há uma grande necessidade para que a formação dos docentes seja em larga escala para que os alunos possam ter o apoio necessário para sua formação diante das adversidades apresentadas socialmente.

A Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica (PARFOR), foi outorgada por meio do Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016²⁴, coordenada pelo Ministério da Educação, considerando, para fins do referido decreto, como profissionais da educação básica professores, pedagogos e funcionários da educação. Os princípios elencados no artigo 2º tratam, sobretudo, da responsabilidade e do compromisso dos profissionais para com a sociedade, bem como o reconhecimento das instituições para com seus profissionais. Segundo Souza (2015), “o objetivo é o de oferecer formação inicial e continuada de professores em nível superior, visando formar os docentes que já atuam na educação básica.”²⁵.

É uma luta constante para que os cursos de formação na docência do ensino básico sejam realmente efetivadas pelos gestores, tendo em vista às diversas

²⁴O Decreto 8.752/2016 revogou o de nº 6.755, de 29/01/2009. Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em 26/05/2017.

²⁵ Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/poster-gt05-4471.pdf>, artigo de autoria de Edinilza Magalhães da Costa Souza, apresentado na 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Acesso em 26/05/2017.

crises financeiras que assolam o país ao longo dos anos, fazendo com que a educação pública de qualidade fique cada vez mais longe de ser alcançada. Segundo Barros *et al*,

a formação continuada na Educação demorou a ganhar relevância no debate público brasileiro, pois aconteceu na década de 1990 juntamente com a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, em 1993, e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, que são estabelecidas diretrizes para a formação de profissionais da educação básica. (BARROS *et al* 2012 *apud* AZZOLIN e ALBUQUERQUE, 2015)

A discussão fica em torno, também, segundo Azzolin e Albuquerque (2015), das condições de trabalho do profissional, salários, analisando, inclusive, que não consta no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) a formação desses profissionais dentro da jornada de trabalho, por exemplo. As autoras deixam claro que

a viabilidade de uma política social não depende somente da vontade de uma das classes ou da publicação da lei que regulamente uma política social, mas sim, de um conjunto de interesses dialéticos e antagônicos que perpassam as decisões e lutas dos(as) trabalhadores(as). (AZZOLIN e ALBUQUERQUE, 2015)

Foi um grande avanço tratando-se da política de Educação, apesar da demora para efetivar o programa que, muitas vezes, a burocracia rege e atrapalha na efetivação positiva de um projeto que beneficie a população.

O governo Lula, no período de 1º de janeiro de 2003 a 31 de dezembro de 2010, trouxe transformações na área da educação, apesar de ser a continuidade do governo FHC, tratando-se, sobretudo, da política econômica de ajuste fiscal e a mercantilização da educação superior por meio, segundo Pereira (2009), dos seguintes meios:

- a) participação do setor privado presencial, através de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (ProUni)¹³; b) participação dos setores público e privado de ensino a distância (EaD); c) ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); d) reforço, na universidade pública, da lógica da mercantilização, através das parcerias público-privadas. (PEREIRA, 2009, p.272).

O Programa Universidade para todos (PROUNI)²⁶, bem como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)²⁷, beneficiaram estudantes de classes sociais baixas para a possibilidade de frequentarem as universidades, tanto públicas quanto particulares, apesar de serem frutos de um projeto mercadológico do capital privado na área da educação. No caso do Ensino a Distância (EaD)²⁸ para o curso de Serviço Social, segundo Pereira (2009), mais da metade desses cursos são na modalidade ensino a distância, acarretando “à nula vivência acadêmica do aluno: sua formação restringe-se ao ensino ‘tutorial’, não abarcando as dimensões fundamentais da pesquisa e extensão” (PEREIRA, 2009, p. 274). Portanto, o ensino superior, mesmo com suas divergências, foi um dos objetivos traçados por esse governo.

No período do governo de Dilma Rousseff, de 1º de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2016, o carro-chefe da educação foi o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)²⁹. Dilma manteve os programas do governo Lula, além de ampliação de outros³⁰, como a aprovação e sanção do Plano Nacional da Educação (2014-2024), que estabelece como meta 10% do PIB para gasto com educação ao longo de dez anos; reserva de recursos do pré-sal para financiar a educação; o Sistema de Seleção Unificado (SISU); o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (ProUni); criação de quatro novas universidades federais e o Programa Ciência Sem Fronteiras.

²⁶O Programa Universidade para Todos – Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. (Fonte: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em 10/05/2017).

²⁷O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). (Fonte: <http://fiesselecao.mec.gov.br/?pagina=faq#conhecendo>. Acesso em 10/05/2017)

²⁸Educação a distância é a modalidade educacional na qual alunos e professores estão separados, física ou temporalmente e, por isso, faz-se necessária a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação. Essa modalidade é regulada por uma legislação específica e pode ser implantada na educação básica (educação de jovens e adultos, educação profissional técnica de nível médio) e na educação superior. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12823:o-que-e-educacao-a-distancia>. Acesso em 02/06/2017)

²⁹O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/pronatec/o-que-e>. Acesso em 10/05/2017)

³⁰Essas metas foram organizadas antes da retirada de Dilma Rousseff do governo, em 31/08/2016, como pretensão que se realizassem até o final de seu mandato, que seria em 31/12/2018. (Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/fpadefato/?p=281>. Acesso em 10/05/2017)

Vale lembrar que foram previsões em seu governo que não se efetivaram, em virtude de não ter concluído o mandato. De qualquer forma, seria beneficiada grande parte da população estudantil que não possui recursos financeiros para financiar um curso superior, dando continuidade, assim, em seus projetos de vida para o mercado de trabalho.

De acordo com o Censo Escolar de 2016, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)

são 266 escolas com turmas em unidades de internação socioeducativa; 514 escolas com turmas em unidades prisionais; 4,5 mil escolas em áreas de assentamento; 2,4 mil em áreas remanescentes de quilombos e 3,1 mil em terras indígenas; 62,5% das escolas brasileiras oferecem os anos iniciais do ensino fundamental. Nos últimos oito anos, houve uma redução de 17,5% no número de escolas que ofereciam esta etapa de ensino. Este movimento se deve à estabilidade demográfica, à melhoria do fluxo escolar nos anos iniciais do ensino fundamental e à reorganização das redes de ensino, que pode ser observada pela redução de escolas de pequeno porte – o número de escolas com uma sala que passou de 41.493 em 2008 para 21.313 em 2016; 76,6% das creches estão na zona urbana, 58,8% são municipais e 41% são privadas – a maior participação da iniciativa privada em toda educação básica; há 105,3 mil unidades com pré-escola no Brasil, sendo que 57,4% estão na zona urbana, 72,8% são municipais e 26,3% são privadas; 71,3% das escolas de educação básica (132,7mil) oferecem alguma etapa do ensino fundamental. Dessas, 116,3 mil oferecem os anos iniciais; 52,3% das escolas que oferecem anos iniciais são urbanas; 71,2% das escolas são municipais, 10,3% estaduais e 18,5% privadas. Há quase duas escolas de anos iniciais (116,3 mil) para cada escola de anos finais do ensino fundamental (62,5 mil); 47,2% das escolas de anos finais do ensino fundamental são municipais, 31,7% estaduais e 21% privadas; 69,9% das escolas que oferecem os anos finais estão na zona urbana. O ensino médio é oferecido em 28,3 mil escolas no Brasil; 68,1% das escolas de ensino médio são estaduais e 29,2% privadas. A União e os municípios participam com 1,8% e 0,9%, respectivamente; 89,8% das escolas com ensino médio estão na zona urbana e 10,2% na zona rural – menor participação da zona rural em toda educação básica.”(INEP, 2017, p.3-9)

No governo atual, em relação à educação, foi apresentada a Proposta de Emenda à Constituição n.º 55³¹ (antiga PEC-241), que tem como objetivo modificar a Constituição com o intuito de cingir, por vinte anos, o aumento das despesas do governo brasileiro, criando um teto de gastos públicos para evitar que a despesa cresça mais que a inflação:

Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros,

³¹ Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em 02/06/2017.

existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes. (BRASIL, 2016)

A PEC 55 é apontada pelo atual governo como essencial para conter o déficit no orçamento, ou seja, o equilíbrio dos gastos públicos, mas essa medida implica a inviabilização do cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Ela também congela os gastos do Governo Federal por 20 anos, dessa maneira, deverá ter impacto significativo no financiamento da educação, pois a PEC derruba a obrigatoriedade de o governo federal investir no orçamento da educação, prevista na Constituição de 1988³².

Segundo a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME),

Para se atingir algumas das metas do PNE será necessária a criação de 3,4 milhões de matrículas na creche, 700 mil na pré-escola, 500 mil no ensino fundamental, 1,6 milhão no ensino médio e cerca de 2 milhões no ensino superior público³³. (UNDIME, 2016)

Ou seja, ao invés de impor limite aos gastos sociais da União, é preciso ampliá-los.

A PEC foi aprovada, em segundo turno no Senado Federal, no dia 13/12/2016 e transformada em norma jurídica em 16/12/2016.

³²Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26/05/2017.

³³Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/10-10-2016-16-05-entenda-a-pec-241-e-seus-efeitos-para-a-educacao>. Acesso em 28/11/2016.

1.3 A precarização do trabalho dos profissionais da Educação

De acordo com o Censo Escolar de 2016³⁴,

75,6% dos professores trabalham exclusivamente na rede pública de ensino, 20,6% na rede privada e 3,8% em ambas. Em relação à escolaridade dos docentes, 77,5% possuem nível superior completo, 6,5% com nível superior em andamento, 11,1% possuem o curso normal/magistério, 4,6% possuem nível médio completo, 0,2% com fundamental completo e 0,1% com o fundamental incompleto.” (INEP, 2017, p.23)

Segundo o MEC³⁵, o piso salarial nacional do magistério é de R\$ 2.298,80. De acordo com o portal, essa regra é válida para todo o país na rede de ensino básica. Para tanto, o profissional deverá ter o curso de magistério em nível médio e carga horária semanal de 40 horas. Somente há nove anos que esse tipo de obrigatoriedade entrou em vigor.³⁶ De acordo com Demo (1993, p.51), “Um primeiro problema encontra-se no fato de que autoridades orçamentárias do país ainda entendem aplicações em educação como gasto apenas, principalmente como gasto duvidoso, a exemplo das outras aplicações sociais.” Em muitos municípios a lei não é cumprida, fazendo com que o professor ganhe abaixo da remuneração estabelecida. Infelizmente não há punição para o Estado ou município que descumpra a lei, pois não adequam o orçamento da maneira correta. Neste caso:

[...] ser professor de educação básica, em particular do 1º grau, é *profissão estratégica*, e como tal carece ser valorizada. Para simplificar, precisa ter formação/atualização conveniente e remuneração convincente. Precisa ser profissão disputada, não tolerada ou relegada. (DEMO, 1993, p.46)

Muito se escuta e vê, nos censos comuns, sobre a decadência em que se encontram as escolas públicas espalhadas pelo Brasil. Além disso, professores, cujos

³⁴ Disponível no site:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 05/06/2017.

³⁵ Disponível no site oficial do MEC: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/02/tire-suas-duvidas-sobre-o-piso-salarial-dos-professores>. Acesso em 15/05/2017.

³⁶ O piso salarial nacional do magistério foi instituído pela Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, regulamentando uma disposição já prevista na Constituição Federal (álnea 'e' do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB (Lei nº 9.394/96). (Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/02/tire-suas-duvidas-sobre-o-piso-salarial-dos-professores>. Acesso em 15/05/2017).

salários não são compatíveis com a profissão, ficam cada vez mais desmotivados a permanecerem na área da educação. Outros tentam fazer o que podem para que o ano letivo seja efetivado com o mínimo de recursos que algumas escolas recebem.

A população carece de uma educação digna para as crianças. De acordo com Demo (1993, p.28), "por qualidade educativa da população entende-se acesso universalizado a conhecimento básico educativo, capaz de garantir a todos condições e participar e produzir". Percebe-se, assim, que, a exemplo de outros autores, a educação sempre foi uma constante luta para que os direitos sejam realmente garantidos às crianças.

Entendemos que, na educação do nosso País, há muitos percalços a serem atingidos, dentre eles, a falta de reconhecimento do pedagogo, escolas públicas bastante degradadas por falta de uma fiscalização severa dos estados e municípios. Percebe-se que as lutas para melhorias na educação sempre estiveram presentes em nossa sociedade, tendo em vista às dificuldades encontradas no meio educacional.

Para o autor Paro (2007), a falta de incentivo nas escolas faz com que os alunos não tenham ânimo para continuarem e concluírem seus estudos, ficando, assim, como "(...) total divórcio entre a prática escolar cotidiana e qualquer perspectiva de uma consistente emancipação intelectual e cultural dos educandos." (PARO, 2007, p.9).

Muitas escolas ainda não acompanharam a modernidade para que o ensino seja diferente do que era no passado. Isso posto:

A hipótese fundamental é que educação não deve perder tempo em temer a modernidade. Deve procurar conduzi-la e ser-lhe o sujeito histórico. Neste sentido, *modernidade na prática coincide com a necessidade de mudança social*, que a dialética histórica apresenta na sucessão das fases, onde uma gera a outra. (DEMO, 1993, p.21)

Neste sentido, entender que tanto a gestão escolar quanto seus educadores necessitam participar ativamente em relação ao que se apresenta hoje, para que, nem alunos e nem pedagogos passem a não serem inseridos no mundo globalizado que hoje se apresenta à sociedade.

Conforme afirmado anteriormente, o PDE foi uma das vitórias no campo educacional, em particular nas gestões das escolas públicas da rede de ensino básica, apresentando uma organização eficaz, fazendo com que o planejamento letivo seja realizado em conjunto, o que desmistifica a ideia de que o diretor de uma escola possui poderes individuais para realizar seus projetos em detrimento à comunidade local.

A natureza do trabalho que se desenvolve numa instituição educativa está a exigir formas cooperativas de organização do trabalho e da autoridade na escola, por meio de uma gestão com maior força diante do Estado e maior legitimidade diante da comunidade educativa.” (PARO, 2007, p.115).

A sociedade exige para seus filhos uma educação que seja de qualidade, assim:

Na medida em que as pressões da sociedade vão exigindo da escola maior complexidade de suas funções, parece que também vão aparecendo manifestações de educadores escolares que compreendem a urgência dessas novas funções. (PARO, 2007, p.40/41)

Os pedagogos estão preocupados com a melhoria no ensino e, para isso, necessitam sempre estarem atualizados em sua área, fazendo com que os cursos sejam periódicos.

No que concerne à introdução de mudanças e reformas na rede de ensino, é muito comum ouvir dos educadores escolares que sua resistência se deve ao fato de as medidas terem sido impostas de cima para baixo, sem sua participação. (PARO, 2007, p.95).

Contudo, para que isso aconteça, é necessário que se tenham recursos para que os cursos sejam efetivados para melhor desempenho dos profissionais em relação aos educandos. Sendo assim, “a consideração da qualidade do ensino relaciona-se também com as expectativas dos alunos e com suas aspirações para o futuro.” (PARO, 2007, p.46). É a partir do interesse que o aluno apresenta em relação ao ensino, que faz com que o pedagogo sinta-se cada vez mais empenhado em proporcionar-lhe um ensino de qualidade, o que tem acontecido em muitas escolas da rede pública de ensino.

Os cursos de especialização na área de educação têm se intensificado bastante no decorrer dos anos. Discorrer sobre a educação básica é pensar no início, no qual, segundo Paro (2007), as crianças têm direito a um ensino que lhes dê prazer agora, porque elas têm direito de viver agora, não apenas no futuro. Precisamos entender que o futuro dessas crianças depende (e muito) de um ensino do qual sua qualidade esteja entrelaçada com o desejo e a alegria de aprender.

Fazer com que o profissional sinta-se realizado em ensinar prazerosamente seus alunos depende da gestão na qual está inserido: na escola é necessário que tenha o suporte mínimo para um trabalho de qualidade; no município em que ele trabalha, a necessidade é que o gestor do local (neste caso, o prefeito) o incentive, por meio de uma remuneração que seja, no mínimo, satisfatória para ele. Dessa forma:

Todos os professores deveriam ter formação superior, em dois passos: primeiro completar os estudos em uma disciplina (bacharelado), depois, em instituição específica, mas que pode estar dentro da universidade, dedicar-se por alguns anos (dois a três) à formação de professor (licenciatura). O mais importante, todavia, é refazer a proposta didática, para se obter a competência reconstrutiva. (DEMO, 2002, p.82)

Para que o professor possa entrar em sala de aula com total autonomia em sua área, é necessário, além do curso de formação, estar sempre atualizado nos cursos de pós graduação. Por outro lado, pensar no sujeito (o educando), na forma como ele pretende alcançar seus objetivos para o futuro, é uma forma de aprendizagem. Segundo Demo (2004), a aprendizagem é fenômeno vinculado a inúmeros fatores, externos e internos à escola, sem falar nas motivações do próprio aluno. A motivação para que uma criança ou adolescente permaneça na escola vem da família, que, muitas vezes, não sabe ou não quer fazer parte do mundo do seu filho em relação à educação; talvez por desconhecimento dos direitos do seu filho ou por falta de algum tipo de instrução, que o levou à desmotivação em completar o ensino. Para Demo (2002, p.112/113), “[...] o cerne da pobreza é a ignorância, ou o cerne da incompetência é o analfabetismo. Um povo ignorante não tem a mínima condição de refazer sua história, porque sequer a questiona.” Discutir sobre seus direitos é o fator primordial para que a sociedade seja participativa e tenha o futuro garantido dessas crianças e adolescentes. Contudo:

Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, dos quais decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas. (SARTI, 2009, p.139)

Assim, falar em educação de qualidade no ensino básico público, é entender que não está somente nas mãos dos profissionais envolvidos na educação, mas, também, nas famílias. Os estados, municípios e o Distrito Federal precisam organizar sua estrutura financeira, fazendo com que os profissionais tenham satisfação em seu trabalho. No Capítulo 2, será apresentada a importância do papel do profissional assistente social nas escolas, juntamente com os profissionais da educação, para, em conjunto, articularem formas de trabalho que proporcionem melhorias no meio educacional, juntamente com a família e a comunidade local.

2. SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO

No Brasil, o nascimento do Serviço Social parte da expansão da sociedade urbano-industrial a partir do século XX com a “formação dos primeiros sindicatos, na agricultura e nas indústrias rurais a partir de 1903, dos demais trabalhadores urbanos a partir de 1907[...]”. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p.81). No início do curso, apreendemos que a origem do Serviço Social está nos moldes da caridade e filantropia. Segundo IAMAMOTO (2009, p. 23), “[...] aceita-se, como censo comum, que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia.” A autora ainda afirma que essa visão da gênese da profissão é uma visão interna e não se expande, esquecendo-se, todavia, que a profissão:

depende, ao contrário, de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização. (IAMAMOTO, 2009, p.23)

Assim, o Serviço Social passa por diversas transformações no contexto histórico brasileiro, surgindo a questão social como foco da profissão, na qual, segundo Ianni (2004) *apud* Amaro (2015), "historicamente, a questão social brasileira tem sido naturalizada, considerada como fatalidade ou então como herança do passado colonial." Conforme citado acima, a questão social sempre foi, no contexto histórico, a relação com o Serviço Social. O autor deixa claro que a questão social³⁷ é o cerne do Serviço Social, pois é nela que buscamos a raiz dos problemas relacionados à população em relação aos seus direitos, bem como suas garantias relativas ao bem-estar da população.

³⁷ “O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (trecho extraído do livro *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*, de autoria de Marilda V. Iamamoto. 17ª edição. 2009).

O profissional assistente social, por meio de suas lutas, ao longo de nossa história, demonstrou que a profissão era mais que caridade e filantropia. Segundo Piana (2009, p.87), “o surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão é resultado das demandas da sociedade capitalista e suas estratégias e mecanismos de opressão social e reprodução da ideologia dominante.”

Conforme citado acima, as lutas sempre foram em prol da sociedade, bem como lembra Ortiz (2010) que a Assistência Social é a tentativa de construção e de afirmação de uma nova tendência profissional; quer seja a do assistente social comprometido com a classe trabalhadora. É nesse contexto que se verifica, também, o contínuo progresso dessa classe trabalhadora para com a sociedade.

O Serviço Social deve, então, na busca incansável dos direitos da sociedade, participar efetivamente das políticas públicas para que os direitos do cidadão sejam efetivamente cumpridos, de acordo com as legislações vigentes. Como bem nos assegura Faustini (1995, p. 29), “[...] percebemos que a intervenção do Serviço Social dá-se num contexto contraditório no seio das Políticas Sociais veiculadas por serviços sociais”.

Dessa forma, o Serviço Social tem uma grande importância em relação à sociedade, que, segundo Montaña (2011), é uma prestação de serviços na participação da reprodução do trabalho. Sendo assim:

[...] o Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica - como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho -, na participação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (...) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (MONTAÑO, 2011, p.31).

Entende-se que, na realidade, os direitos do cidadão nem sempre são cumpridos de acordo com o que preceitua as legislações vigentes. Assim, o assistente social busca intermediar os acordos em consonância com os preceitos do Código de Ética que, segundo o CFESS (1997),

fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista, no sentido de apresentar ao Estado a relação entre o atendimento e o respeito desses direitos ao cidadão.

Buscou-se, assim, entender a luta do assistente social para a garantia dos direitos da sociedade dentro das políticas públicas, em especial, da política de educação, objeto deste trabalho final.

2.1 A gênese do Serviço Social (breve histórico)

Na antiguidade (período que vai de 4.000 a.C. a 3.500 a.C.)³⁸, a assistência aos pobres, velhos e abandonados era dada pela família, clã ou tribo. Segundo Vieira,

Acreditava-se, na antiguidade, que a miséria, a doença, as enfermidades, as catástrofes eram castigos dos deuses pelas faltas cometidas pela pessoa ou por seus pais. Os fortes e bons eram bem sucedidos na vida; os pobres ou doentes assim o eram por serem pecadores. (VIEIRA, 1976, p.19)

Dessa forma, as famílias mais abastadas tinham o poder de auxiliar na cura, para que tivessem a garantia do céu ao morrerem. O período do Cristianismo perdurou do século I até início do século IV. Assim como na antiguidade, a caridade seria o meio mais rápido de se chegar ao céu ou se ter a vida eterna. Durante a Idade Média, a igreja era a responsável em lidar com as obras de caridade.

A primeira obra relacionada à assistência social foi escrita por Juan Luis Vivès³⁹, intitulado “De subvencione Pauperum” (Da Assistência aos Pobres), em 1526, pois seu interesse pela fome e pobreza era imenso. “Em 1633, S. Vicente⁴⁰ e Luisa de Marillac tiveram a idéia de recrutar e formar moças camponesas que se dedicaram ao ‘Serviço dos pobres’”. (VIEIRA, 1976, p.25). Nos séculos XVIII e XIX, as obras de caridade, pela igreja, eram intensas, tendo em vista o surgimento de muitas doenças e, sobretudo, da pobreza que assolava a Europa.

³⁸Fonte: <https://www.todamateria.com.br/antiguidade/>. Acesso em 15/05/2017

³⁹Juan Luis Vives de Marçó, o mais alto representante do humanismo espanhol nasceu em 1492 na cidade de Valência. Vivès é considerado a primeira pessoa na Europa para pôr em prática um tratado sobre assistência social e, portanto, o precursor de serviços sociais na Europa e da política que se seguiu e organização social. Os últimos anos de sua vida foram dedicados ao estudo humanístico, tornando-se um reformador da cultura europeia e um filósofo moral da estatura universal, propondo o estudo das obras de Aristóteles. Seu livro para o ensino do latim foi publicado em 65 ocasiões entre 1538 e 1649. Em 06 de maio de 1540 morreu em sua casa em Bruges por causa de um cálculo biliar. (Trechos retirados do site: <http://blogs.ua.es/humanistaluisvives/05-biografia-de-luis-vives/>. Acesso em 15/05/2017)

⁴⁰São Vicente de Paula foi quem deu continuidade às obras de Vivès. Conhecido pelos trabalhos institucionais das Damas de Caridade e das Filhas da Caridade. Luisa de Marillac auxiliava S.Vicente de Paula em suas obras de caridade.

A questão social surgiu no século XIX, na Europa Ocidental, culminando na Revolução Industrial. Assim, é o conjunto das expressões de desigualdades sociais proporcionadas pelo sistema capitalista de produção, o qual marcou a divisão da riqueza com a sociedade, na qual há uma distorção imensa, pois o trabalhador trabalha mais e ganha menos do que o resultado final da venda do produto.

Somente no século XX é que o Serviço Social surge no Brasil⁴¹, não mais como um serviço de caridade e, sim, como serviço científico e profissional, porém, ainda com suas raízes cristãs de assistencialismo.

Em 1928, por iniciativa do Dr. René Sand, sociólogo belga, reuniu-se em Paris a primeira Conferência Internacional do Serviço Social, que procurou definir o Serviço Social e o subdividiu em “Assistência paliativa, curativa e preventiva”, desmembrando, também, as áreas ou os campos do Serviço Social em Assistência à família, aos enfermos, aos menores, aos presos, aos emigrantes e aos trabalhadores, e ação social. (...) A necessidade de treinar pessoal levou à criação de várias escolas: 1918, em Paris; em 1920, a primeira na Bélgica; em 1925, a primeira na América Latina, em Santiago do Chile (...), e em 1936 e 1937, no Brasil, as Escolas de São Paulo e do Rio de Janeiro. (VIEIRA, 1976, p.29)

O foco principal era o indivíduo e sua família. Em 1930 surgiu uma grande crise econômica, levando várias pessoas ao desemprego e, em consequência, levando-as ao auxílio assistencial, levantando, assim, a grande importância do Serviço Social junto ao trabalhador. Assim, segundo Vieira (1976, p.33), “a finalidade principal do Serviço Social é ajudar o indivíduo a resolver seus problemas sociais.” Esse tipo de “ajuda” remete a um serviço social ampliado, no qual se vê não só o problema imediato a ser resolvido, como também outros fatores que levam a esse problema: educação, saúde, família, previdência, assistência, etc. Isso leva o profissional para

⁴¹ Sua primeira influência foi dos ideários de Florence Nightingale, no ano de 1851 na Inglaterra, percursora da profissão de enfermagem, onde ela estabelecia como objetivo de seus primeiros cursos o preparo de visitadoras domiciliares, pelo qual concebia a tarefa assistencial como reintegradora e reformadora do caráter. O primeiro “Curso de Formação de Visitadores Sociais Voluntários”, realizado pela Sociedade de Organização da Caridade da Inglaterra, ocorreu em Londres, em 1893. Na América do Norte, as discussões sobre a formação profissional dos trabalhadores da assistência ocorreram na Conferência de Caridade e Correção em Toronto no ano de 1897. Nela, Mary Richmond, que participava da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore, propôs a criação de uma escola para o ensino de Filantropia Aplicada.

(trechos retirado do site:

http://www.unipvirtual.com.br/material/2011/bacharelado/fund_hist_teo_met_servsoc/unid_2.pdf. Acesso em 06/06/2017).

um patamar diferenciado, no qual o estudo científico é primordial para análise das problemáticas existentes.

O surgimento da formação do curso de Serviço Social, no período de 1936 a 1945, segundo Yasbek *apud* Fehlberg

O Curso de Serviço Social no Brasil, em seu surgimento, era mais formativo e focado nos aspectos: intelectual – estudo de matérias informativas sobre vários setores da vida humana; moral – princípios morais; profissional – conceitos, fundamentos, métodos de Serviço Social e prática de casos; doutrinária – visão do homem, do mundo e das relações do homem com o mundo sob a perspectiva do cristianismo. (YASBEK, 1980, p.45 *apud* FEHLBERG, 2009, p.76-77).

Era uma formação voltada para a igreja, para o modelo do ser respeitado, a partir dos princípios morais do ser humano. O movimento de reconceituação do serviço social é o grande marco da profissão na contemporaneidade, visto que as mudanças sociais são evidentes na América Latina, em 1965, a partir do I Seminário Regional, cujo tema era “O Serviço Social Frente às Mudanças Sociais na América Latina”, com a participação de representantes do Brasil, Uruguai e Argentina. “Esse Seminário é citado como ponto de partida para uma série de atividades sistemáticas, em forma de reflexões, críticas e reuniões de estudo, publicações de revistas, livros e outros seminários.” (SOUZA, 1979, p. 17).

O Documento de Araxá, apreciado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), de 1967, destaca que, segundo Souza (1979), a forma de agir da profissão “constitui elemento fundamental à elaboração de teoria dessa disciplina.” Ou seja, à época já clamava-se para que o conhecimento do profissional fosse adequado à realidade em que atuava, necessitando de uma formulação teórico-prática adequada. Descrever sobre reconceituação, dentro da profissão, é a inovação, porém, como bem descreve Souza

Entende-se por reconceituação as mudanças que se desenvolvem no Serviço Social, a partir de 1965, em consequência da consciência crítica dos profissionais frente ao subdesenvolvimento da América Latina. Estas mudanças implicam na busca de novos enfoques teórico-práticos, como forma de melhor perceber a realidade onde opera o assistente social. (SOUZA, 1979, p.20)

Assim o Movimento de Reconceituação foi o marco profissional, o qual permitiu as mudanças tanto na profissão, quanto nos próprios cursos de Serviço Social, para que fossem realizadas investigações mais contundentes na área científica, sistematizando o conhecimento teórico com a realidade social.

O que vemos hoje é um Serviço Social atuante. De acordo com Iamamoto (2009, p.173), “presenciamos hoje no mundo contemporâneo uma transformação significativa dos padrões de produção e acumulação capitalista, com profundas alterações na dinâmica internacional do capital e da concorrência intercapitalista [...]”. O mundo, hoje, com a globalização, apresenta inúmeras formas de trabalho, fazendo com que o indivíduo perca-se cada vez mais neste setor, cujas informações passam a ser relevantes para que capital e trabalho andem sempre juntos. A corrida para que as políticas salarial e, conseqüentemente, de emprego, seja condizente com a atualidade (as quais, na maioria das vezes, não se apresentam da forma como desejadas), fazem com que o trabalhador busque se qualificar para que possa estar dentro dos padrões exigidos no mundo capitalista.

O assistente social faz parte desse contexto entre capital e trabalho, partindo do pressuposto de um confronto social, no qual a luta pelos direitos trabalhistas são inerentes para que o Serviço Social entre em ação. Destarte:

Toda profissão se constitui e legitima através das respostas que consegue dar a diversas necessidades que determinam um conjunto de demandas sociais. Portanto, se uma profissão se conforma a partir de respostas qualificadas e institucionalizadas a demandas sociais, e se daí provém sua legitimidade, então a alteração dessas demandas ou o surgimento de novas demandas deve promover o espaço para a necessária alteração e adequação das respostas profissionais ou para a incorporação de novas propostas interventivas. (MONTAÑO, 2011, p.196-197)

De acordo com o autor, é nesse contexto que o profissional busca as respostas para as demandas sociais, não só por meio das mediações apresentadas, mas pela atualização dessas demandas, participando ativamente das necessidades que a sociedade pleiteia.

Os fatos sociais são desencadeados de acordo com essas demandas, assim:

Eles podem ser conhecidos exatamente por possuírem a particularidade de exercer influência coercitiva sobre as consciências individuais e por sua rigidez quanto a processos de transformação.(...). A educação, por exemplo, é uma instituição central, por meio da qual são formados os indivíduos e transmitidos os hábitos. (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p.27)

Dessa forma, o profissional apreende o fato social, ou seja, suas particularidades, por meio de estudos ou pesquisas no âmbito social, com o objetivo de se inteirar da realidade local. Esse(s) fato(s) social(is) é(são) apenas o ponto de partida para que se chegue à realidade propriamente dita, buscando, então, suas causas e consequências.

Na atualidade, vive-se momentos cujas transformações são diárias, nos quais o ser social percebe que, ainda, o rico fica cada vez mais rico e o pobre mais pobre, gerando, assim, níveis altíssimos de desemprego, o chamado “desemprego estrutural”⁴².

O Serviço Social, então, é uma profissão que sofreu ao longo dos anos modificações no desenvolvimento de suas atividades devido às mudanças societárias e as transformações no que se refere à questão social. Destas modificações ocorridas nas atividades do Serviço Social é que surge a necessidade de criar novos instrumentos de ação profissional, tanto no âmbito de sua atuação quanto no interior da academia, objetivando subsidiar o Assistente social para desempenhar sua função de educador político comprometido com a democracia. (FEHLBERG, 2009, p.84)

É nesse contexto que o assistente social muda sua postura profissional, passando de profissional da ajuda para o profissional comprometido com a sociedade como um todo, no qual

o novo estágio do processo de desenvolvimento capitalista, cujas tendências parecem ser irreversíveis [...], tem reforçado a fragmentação social, aumentando a diferenciação das classes, ampliando as desigualdades sociais, alterando radicalmente o mercado de trabalho. (IAMAMOTO, 2009, p. 179).

⁴² O desemprego estrutural é aquele gerado pela introdução de novas tecnologias ou de sistemas e processos voltados para a redução de custos. Estes novos elementos afetam os setores da economia de um país (indústria, comércio e serviços), causando demissão, geralmente, em grande quantidade. (Disponível em: http://www.suapesquisa.com/economia/desemprego_estrutural.htm. Acesso em 06/06/2017)

O assistente social, no decorrer de sua historicidade sobre as lutas envolvidas, projeta-se para um programa emancipatório da sociedade, cujo:

processo de transformações que vem ocorrendo no “mundo do trabalho” altera substancialmente a demanda de qualificação de profissionais de Serviço Social, tornando necessário que adquiram uma centralidade no processo de formação profissional, porque têm uma centralidade na contemporaneidade da vida social[...] que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial. (IAMAMOTO, 2009, p.180)

Esse comprometimento deve-se ao fato de que as mudanças geradas pela globalização, que assolam o país e que acarretam desigualdades sociais, fazem com que esse profissional seja comprometido, em sua totalidade, principalmente economicamente.

2.2 A história do Serviço Social na Educação

O Serviço Social surgiu, na educação, no ano de 1906, nos Estados Unidos⁴³. “No Brasil, há relatos históricos de que os estados de Pernambuco e Rio Grande do Sul, no ano de 1946, foram pioneiros no debate e no início do trabalho acerca do Serviço Social Escolar.” (PIANA, 2009, p.124). Foi no Rio Grande do Sul a implementação do Serviço Social Escolar, para atender às demandas referentes, sobretudo, às problemáticas existentes na evolução do aluno na escola. Assim:

a educação não é um campo de trabalho novo para o serviço Social, como é conhecido, mas, nos últimos anos, percebe-se um crescente interesse dos assistentes sociais por esta área, em seu aspecto teórico metodológico, como objeto de pesquisa e como campo interventivo, sobretudo na esfera pública, por meio de muitas contratações desse profissional para integrar a equipe profissional da educação nas escolas, em assessorias e consultorias no âmbito na política educacional estadual e nacional. (PIANA, 2009, p.125)

⁴³ Surgiu a partir de evasões escolares em um bairro, designando-se, assim, visitantes nas casas dessas famílias, ocorrendo esse mesmo trabalho na Europa, atendendo, também, às crianças órfãs ou abandonadas, mães solteiras, etc.

No âmbito da política educacional, o assistente social tem se intensificado na luta dos direitos da família na educação pública, com ensino de qualidade aos seus filhos.

A luta para inserção do assistente social nas escolas públicas, em todo o Brasil, ainda é constante, tendo em vista que, na contemporaneidade, a necessidade de um ensino de qualidade, aliado a fatores externos, faz com que a sociedade cresça e se desenvolva, na maioria dos casos, de forma desigual.

Conforme descrito no primeiro capítulo, o Serviço Social, no Brasil, tem sua primeira escola de formação. Fazendo um parâmetro com a educação, é nos anos de 1930, também, que a burguesia (já consolidada) e os intelectuais clamam por uma nova educação em favor da classe subalterna, uma vez que

criticava a educação vigente definindo-a como academicista e elitista, por seu caráter puramente literário e humanístico e defendia uma educação humanista científica que preparasse o jovem brasileiro para a nova realidade do país. (WITIUK, 2004, p.20)

Não foi uma luta em vão, pois, como resultado, a Constituição de 1934 possui um capítulo⁴⁴ a respeito da educação. Mas, somente em 1940 é que efetivamente aparecem a contribuição do Serviço Social na educação.

Apesar de haver referência ao Serviço Social no espaço da escola já na década de 1930 é mais especificamente na década de 1940 que se encontra um número significativo de Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC's, que descrevem a intervenção do Serviço Social nesse espaço ocupacional. No acervo bibliográfico das primeiras escolas de Serviço Social do país constata-se a requisição, por parte do Estado, de uma intervenção sistematizada do profissional de Serviço Social junto à Educação e mais especificamente junto à Escola. (WITIUK, 2004, p.26)

⁴⁴ Art 5º - Compete privativamente à União:

[...]

XIV - traçar as diretrizes da educação nacional; [...]

Art 150 - Compete à União:

a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;

As atribuições eram bem específicas ao assistente social, destacando-se a prevenção de desajustes e a contribuição nos setores da escola para harmonização das crianças nesse espaço.

Na Constituição de 1946, com a reforma na educação, uma das competências da União é a de legislar sobre a LDB (artigo 5º), bem como o Capítulo II que versa sobre a educação e a cultura. Também, no mesmo ano, é implantado o Serviço Social na Secretaria de Educação e Cultura no estado do Rio Grande do Sul.

Em 1961 foi aprovada a LDB, por meio da Lei n.º 4.024/61, em especial o Título XI, que trata da Assistência Social Escolar, o que motivou o Serviço Social na inserção do espaço escolar. Até então:

não havia uma grande preocupação com a criança que apresentava dificuldades de aprendizagem, comportamento violento, ou que se evadia da escola. A escola era para quem podia usá-la. A partir da obrigatoriedade do ensino que passou a ser promovido pelo Estado, as autoridades escolares públicas passaram a requisitar o Assistente Social para atuar no sistema escolar público, na busca da garantia da permanência da criança na escola. (WITIUK, 2004, p.28)

A obrigatoriedade do ensino gratuito por parte do Estado conscientiza as autoridades dessa problemática que vivemos até os dias atuais, que é a evasão escolar, responsável por diversas causas, promovendo a atuação do profissional responsável pela mediação entre família/escola/aluno.

Em 1970, o encontro de Teresópolis, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), trouxe uma discussão mais moderna da profissão e que, segundo Witiuk (2004, p.65), “encontram-se algumas referências ao espaço de intervenção do Serviço Social na área da educação.” Refere-se, sobretudo, à evasão escolar, um dos grandes problemas encontrados até hoje, assinalando, inclusive, que a função educativa é uma das funções fins do assistente social.

Neste contexto, é importante salientar, dentro da educação, a relevância da assistência estudantil, sendo que o assistente social, em seu caráter ético-político, traz a dimensão da influência do estudante em seus direitos. Esse profissional coloca em prática as metodologias utilizadas para esse fim, intervindo na prestação de

serviços socioassistenciais e, ao mesmo tempo, articulando a intervenção socioeducativa, possibilitando, assim, o acesso e a permanência na educação, a partir dos direitos sociais e de cidadania.

O 1º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), ocorrido em maio de 1974, também abre uma discussão a respeito do Serviço Social Escolar que, para Witiuk (2004, p. 76), era a “necessidade de delimitar sua especificidade na área da educação, com a estruturação de um trabalho técnico.” Isto posto, mostrava-se uma preocupação em que o serviço social passasse somente a ser de caso e comunidade, para um serviço social abrangente, não havendo delimitação de espaço para que o profissional tivesse mais liberdade em sua área de trabalho.

Em São Paulo, foram apresentados dois Projetos de Lei (2006/74⁴⁵ e 1995/76⁴⁶), que propõem a alteração da LDB n.º 5.692/71, dispondo, inclusive, sobre a obrigatoriedade do Assistente Social Escolar. Ambos não obtiveram êxito, foram arquivados em 08/03/1975 e 09/09/1977, respectivamente.

O 3º CBAS, ocorrido em 1979, ficou conhecido como o Congresso da Virada⁴⁷, cujo tema era “Serviço Social e Política Social”, no qual a Política de Educação era um dos destaques.

O III CBAS, no que diz respeito ao Serviço Social na educação, também estabelece um marco, pois apresenta e discute a Educação como uma das políticas sociais de inserção do Assistente Social. Na verdade, ele traduz o movimento que se gesta na época no interior da profissão, tanto no que diz respeito à necessidade de um posicionamento político da profissão, quanto àquilo que diz respeito às dificuldades do fazer profissional. (WITIUK, 2004, p. 89).

Ressalta-se que em 1979 a situação econômica brasileira não era uma das melhores e, conseqüentemente, as políticas sociais também eram afetadas. O 3º

⁴⁵Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=198681>. Acesso em 17/05/2017.

⁴⁶Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=198555>. Acesso em 17/05/2017.

⁴⁷ O Congresso da Virada ocorre no início do período da transição democrática brasileira, e este momento se reflete no interior da profissão, sendo decisivo para a constituição de um Serviço Social crítico no lastro do Movimento de Reconceituação, colaborando na criação de bases teóricas e político-organizativa da profissão. Este processo, coletivamente construído, redundou no que hoje denominamos de “projeto ético-político-profissional”, que possibilitou ao Brasil uma destacada presença nesta história. (Disponível no site: http://www.cress-es.org.br/cress/index.php?module=m_noticias&pag=inf_detalhes_conselho&id_noticia=568. Acesso em 17/05/2017)

CBAS vem para trazer uma nova esperança na qualidade do ensino, a partir da grande preocupação em relação aos profissionais ali inseridos.

Em 1983 foram apresentados dois Projetos de Lei (268 e 336)⁴⁸, de autorias dos deputados Ary Kara e Geraldo Alkhmin, respectivamente, ambos de São Paulo, referentes à inserção do assistente social nas escolas. Outros projetos de lei foram apresentados nos anos seguintes para fortalecer a luta dos profissionais de São Paulo.

Em 1985, com a realização do 5º CBAS, uma nova discussão sobre a política de educação foi intensificada.

A Política Social de Educação, enquanto espaço de intervenção profissional, como as demais políticas de saúde, habitação, previdência social, entre outras, foi amplamente discutida nesse evento. No sentido de referendar a visão da categoria com relação à prática profissional nesse espaço(...). (WITIUK, 2004, p.103)

Salienta-se que uma das preocupações dos profissionais nessa discussão foi, não somente a luta na inserção do espaço escolar mas, também, a luta nas mudanças estruturais da sociedade moderna (uma luta antiga que se trava sobre os modos conservadores que perduram até os dias atuais).

Nos anos de 1986 a 1990, com o surgimento da Nova República e com a crise apresentada pelo país, houve uma desassociação dos assistentes sociais nas escolas, tendo em vista a falta de condições de trabalho nesses locais, o que fez com que os assistentes sociais procurassem outras políticas de trabalho.

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, modificou-se o seu texto social, demonstrando a preocupação com a população por meio de políticas sociais mais condizentes com a realidade brasileira, definindo, inclusive, a participação da sociedade na discussão dessas políticas. No artigo 194 da CF/88⁴⁹,

⁴⁸ Disponível no site: www.camara.gov.br. Acesso em 19/05/2017.

⁴⁹ Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

são apresentadas as inovações em relação à saúde, à previdência e à assistência social. O financiamento para essas políticas sociais, embora tenha sido um avanço, ainda deixa muito a desejar, pois as falhas são apresentadas e, na maioria das vezes, não são consertadas da forma como deveria ser. A realidade tem sido completamente diferente do que se apresenta na Carta Magna. Destaca-se que

as políticas sociais devem ser defendidas como instrumento estratégico das classes subalternas na garantia de condições sociais de vida aos trabalhadores para sua emancipação humana e a luta organizada para a conquista da emancipação política. Com isso, a busca da ampliação dos direitos e das políticas sociais é essencial, porque envolve milhões de brasileiros espoliados em qualidade de vida, dignidade humana, condições de trabalho. (PIANA, 2009, p.50)

Em 1992, ocorreu, em São Paulo, o VII Encontro Brasileiro de Assistentes Sociais, no qual a inserção do assistente social nas escolas foi tema de discussão. Importante ressaltar que esse encontro culminou com a aprovação do novo Código de Ética em 1993.

Tratando-se da educação especial, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁵⁰, em seu artigo 2º, tem como objetivos a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência. A proposta da Educação Especial, a partir da Declaração de Salamanca de 1994⁵¹, que trata “Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais”, principalmente, da inclusão das crianças em escolas regulares, juntamente com os alunos da mesma faixa etária. O assistente social tem, por objetivo central, nesse caso específico, o de orientar, dentro das

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 16/05/2017)

⁵⁰Disponível em: file:///C:/Users/Valneia/Downloads/lei_organica_loas_3ed.pdf. Acesso em 05/07/2017.

⁵¹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05/07/2017.

escolas regulares, norteado pela ética profissional, a inclusão social dessas crianças. Fator importante para a permanência do profissional nas escolas da rede de ensino básicas.

O VIII CBAS, realizado em 1995, traz a discussão para os assistentes sociais que trabalham na educação, apresentando, assim, trabalhos relacionados à área da educação. “Esses trabalhos tinham como enfoque a intervenção profissional na perspectiva da garantia de direitos, principalmente no que diz respeito ao acesso à cultura e à democracia.” (WITIUK, 2004, p.128).

No ano de 2000, foi apresentado o Projeto de Lei n.º 3.688/2000, do qual falaremos com mais detalhes no próximo capítulo, que ainda continua em tramitação no Congresso Nacional. Segundo Martins,

O serviço social ainda não conseguiu legitimar a política da educação como um espaço sócio-ocupacional do serviço social, apesar da mobilização da categoria (Conselho Federal de Serviço Social [CFESS]/Conselho Regional de Serviço Social [CRESS]) e da socialização de experiências exitosas nos últimos congressos brasileiros de assistentes sociais. (MARTINS, 2012, p.116)

A luta dos assistentes sociais no espaço escolar é antiga e vem se intensificando no decorrer dos anos, cuja demanda para essa área tem sido de grande procura nas escolas. A falta de uma lei que regule a profissão nesse espaço faz com que a escola fique cada vez mais à mercê de uma educação, na qual as famílias, cada vez mais, desconhecem seus direitos e os de seus filhos.

As lutas trabalhistas para efetivação das políticas sociais, de acordo com o que preceitua a nova Constituição Federal, vem se intensificando cada vez mais, tendo em vista o que se apresenta na atualidade. Destques para a PEC 55 (aprovada em dois turnos pela Câmara e pelo Senado), que coloca limites para os gastos da União, incidindo, sobretudo, na educação, saúde e previdência, conforme explicado no primeiro capítulo e a proposta da reforma trabalhista (aprovada pela Câmara no dia 27/04/2017)⁵² e seguirá para aprovação ou não do Senado Federal. Segundo

⁵²Fonte: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2017/04/26/camara-aprova-proposta-de-reforma-trabalhista-texto-segue-para-o-senado.htm>. Acesso em 29/05/2017.

explicação do governo, as propostas são, tão somente, para colocar as contas do governo em ordem. Porém, há divisões no meio político, tendo em vista que, naturalmente, irá mexer com os direitos do trabalhador.

2.3 A Criança, o Adolescente e a Família na Rede de Ensino

Sobre a família pobre, Cynthia Sarti discorre que

A família é apenas o elo afetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social, (SARTI, 2009, p.52-53)

Em outras palavras, para a autora, a família significa a importância de se ter uma identidade do ser social, constituindo, assim, a referência simbólica que estrutura sua explicação no mundo. Assim:

A família pobre não se constitui como um **núcleo**, mas como uma **rede**, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos. (SARTI, 2009, p.70)

Em relação às crianças e aos adolescentes dentro desse núcleo, é importante salientar que o vínculo afetivo é mais forte em relação aos outros entes, uma vez que as obrigações para com eles são maiores e mais significativas, sobretudo no que se refere à questão moral. A educação é um dos fatores que eleva a moral dessas crianças e adolescentes, a partir do convívio e instrução familiar e, em seguida, a escola, que é o elo social entre família, filhos e sociedade.

Em se tratando de sociedade, o trabalho como sendo, sobretudo, a moral do homem ou da mulher, como provedor(es) da família, trata-se de uma condição necessária. Segundo Woortmann (1990, p.12), “vê-se a terra, não como natureza sobre a qual se projeta o trabalho de um grupo doméstico, mas como patrimônio da família, sobre a qual se faz o trabalho que constrói a família enquanto valor”. Importante salientar que a preocupação de uma família é ter a garantia, além da

sobrevivência, do lugar em que se vive, da sua terra, do seu lar; preocupação que faz a família criar raízes para assegurar o futuro de seus filhos.

Nos anos 70, com a recessão econômica que assolava o país, a questão social passa a ter grande significado em relação ao papel do Estado. A família passa, então, a ser a grande responsável no fornecimento do bem-estar, aumentando, assim, sua autonomia em relação às suas necessidades. Assim, no âmbito das políticas sociais, a partir da mercantilização, a família passa a ser mais dependente, determinando, então, sua qualidade de vida. Porém, segundo Miotto (2008), esse acesso a bens e serviços passa por uma desigualdade bastante visível entre as classes sociais. Em relação às políticas sociais,

A proteção social no Brasil configurou-se ao longo de sua história por um caráter fortemente familista. Essa tendência foi abalada pelo processo de rearticulação da sociedade civil brasileira através da eclosão dos novos movimentos sociais, da estruturação sindical e do reordenamento dos partidos políticos no período pós-ditatorial, especialmente nos anos 1980. Essa nova dinâmica teve como elementos mobilizadores a instauração da democracia e o resgate da dívida social, tendo em conta tanto a desigualdade histórica e estrutural da sociedade brasileira como o seu agravamento no período da ditadura militar. (MIOTTO, 2008, p.142)

Foi na década de 80 que a sociedade se mobilizou na luta dos seus direitos sociais, tendo como escopo a promulgação da Constituição Federal de 1988, garantindo, assim, os direitos dessa sociedade.

Nos anos de 1990, a proteção social estrutura-se a partir de “uma série de programas de transferência de renda e a saúde [...] Programa Saúde da Família [...], a luta pela implementação do SUS (Sistema Único de Saúde) [...]; do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) [...]” (MIOTTO, 2008, p.143). Ainda assim, a família continuou sendo a grande responsável na provisão do bem-estar.

A família alça um lugar central tanto no âmbito dos Programas de Transferência de Renda, que marca essa centralidade no seu próprio nome – Bolsa Família -, como no campo das políticas públicas que compõem o tripé da seguridade social, particularmente saúde e assistência social. (MIOTTO, 2008, p.144).

Sobre a educação dos filhos, na qual geralmente a família é a responsável, sobretudo no meio social (as políticas sociais apresentam essa autonomia), é de fundamental importância a sua participação na escola onde seu filho frequenta.

Apesar dos conflitos a família é única em seu papel determinante no desenvolvimento da sociabilidade, da afetividade e do bem-estar físico dos indivíduos, sobretudo durante o período da infância e adolescência. É indispensável para a garantia da sobrevivência, da proteção e da educação dos filhos e dos demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. Desempenha um papel decisivo na educação formal e informal. (DIAS, M. L., 1999, p.19 apud GUELFFI, MOLINA e SANTOS, 2011, p.39)

Muito se ouve, no censo comum, sobre a infrequência da família na vida escolar do seu filho, gerando, assim, uma grande preocupação dos profissionais dessas escolas. Assim, nos artigos encontrados, a preocupação com a questão social é um dos fatores relevantes para a intervenção de diferentes categorias profissionais, o que é possível depreender o papel de intermediador do profissional de Serviço Social em conjunto com outras categorias profissionais (educador, pedagogo, psicopedagogo e psicólogo, por exemplo).

Trata-se de apresentar à sociedade a relevância do assistente social junto à família, dentro do contexto escolar, tendo em vista que é na família que se encontram, muitas vezes, as diferentes expressões da questão social fazendo, assim, com que o profissional entre em ação em suas atribuições legais, resultando na luta para que a sociedade participe mais em relação aos seus direitos constitucionais, além da ampliação dos direitos sociais.

Sendo a escola um dos aparelhos privados significativos para a manutenção da hegemonia, o Serviço Social será requisitado para o exercício de atribuições que harmonizam as relações no processo de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas. As modalidades interventivas serão objetivadas para a integração social dos indivíduos no espaço escolar, comunitário e doméstico, reforçando a identidade subalterna por meio da inculcação de valores dominantes e da interferência no seu modo de vida com adoção de condutas comportamentais adequadas aos parâmetros morais. (WITIUK, 2004, p.24)

Esse é o objetivo de manobra da minoria em relação à maioria. O proletariado é conduzido a atender aos anseios (ou objetivos) de uma minoria (proletário), detentor do capital, para que a sociedade geralmente pobre passe a ser manipulada por aqueles. O Código de Ética da profissão de 1993 apresenta um pacto

com um projeto societário de emancipação humana atrelado a uma perspectiva de sociedade sem opressores e oprimidos, que “fortalecem e respaldam as ações profissionais na direção de um projeto em defesa dos interesses da classe trabalhadora e que se articula com outros sujeitos sociais na construção de uma sociedade anticapitalista.” (CFESS, 2011, p.14)

A inserção do assistente social na política de educação representa a realização do direito à educação por meio de ações que promovam o acesso e a permanência da população na escola, bem como a qualidade dos serviços no sistema educacional.

Para tanto, é necessário que a família participe, em conjunto com comunidade local, para a manutenção e bom desempenho no espaço escolar. O assistente social faz com que essa intermediação seja realizada através dos meios relacionados às suas atividades dentro dessa política e de acordo com os atributos sancionados no Código de Ética. Contudo, a participação da família é fundamental para a concretização eficaz do trabalho realizado pelo profissional.

Importante ressaltar que as políticas públicas de permanência dos estudantes na escola é de grande importância, tendo em vista que a taxa de evasões escolares nas escolas públicas é ampla. De acordo com o Censo Escolar de 2016⁵³, observa-se que a soma de alunos que reprovaram ou evadiram, por escolaridade, é de maior incidência no 6º ano do ensino fundamental e na 1ª série do segundo grau. Segundo Mito (2008, p.144), “a questão da centralidade da família passa a ocupar um lugar importante no confronto entre os diferentes projetos”. Entende-se que, na maioria das vezes, essas crianças e adolescentes deixam de frequentar a escola para ajudar a família no sustento da casa. Assim, uma das atribuições do assistente social é encontrar a causa das evasões que, por muitas vezes, é a falta de informação da família que ocorre diante desse problema.

⁵³Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_censo_escolar_da_educacao_basica_%202016.pdf. Acesso em 29/05/2017.

2.4 O Código de Ética do Assistente Social e sua importância na Educação

A Lei que regulamenta a profissão de assistente social é a de Lei n.º 8.662, sancionada no dia 7 de junho de 1993. A regulamentação serve para que o exercício profissional seja legalmente reconhecido permitindo, assim, que o Estado reconheça a sua existência por meio de uma identidade, tanto jurídica quanto pública, passando a existir de fato e de direito uma profissão. Sobre a ética de uma profissão, importante entender seu significado: ética é o nome dado ao ramo da filosofia dedicado aos assuntos morais. A palavra ética é derivada do grego, e significa aquilo que pertence ao caráter. Na filosofia, a ética não se resume à moral, que geralmente é entendida como costume, ou hábito, mas busca a fundamentação teórica para encontrar o melhor modo de viver; a busca do melhor estilo de vida.⁵⁴ O termo ética deriva do grego *ethos* (caráter, modo de ser de uma pessoa). Ética é um conjunto de valores morais e princípios que norteiam a conduta humana na sociedade. A ética serve para que haja um equilíbrio e bom funcionamento social, possibilitando que ninguém saia prejudicado. Nesse sentido, a ética, embora não possa ser confundida com as leis, está relacionada com o sentimento de justiça social. A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.⁵⁵

A Constituição Federal de 1988 apresenta, em seu artigo 5º, inciso XIII, que: “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.” Portanto, a regulamentação de uma profissão é importante para que seja livre o seu exercício, desde que esteja de acordo com a ética estabelecida.

Além da questão ética, é importante, também, ressaltar algumas resoluções definidas pelo CFESS⁵⁶ que são importantes para o profissional de Serviço Social:

Resolução n.º 492/2006: “Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social.” Após três anos da consolidação da

⁵⁴ Trechos retirados do site: <https://www.significados.com.br/etica/>. Acesso em 22/05/2017

⁵⁵ Trechos retirados do site: http://www.suapesquisa.com/o_que_e/etica_conceito.htm. Acesso em 22/05/2017.

⁵⁶ As Resoluções foram pesquisadas no site: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em 22/05/2017.

regulamentação da profissão, foi criada essa resolução com o objetivo de tratar, sobretudo, do ambiente de trabalho do qual o profissional se encontrar. É necessário que o profissional tenha autonomia em seu ambiente de trabalho, neste caso específico, a escola precisa apresentar ao profissional um ambiente adequado para que possa atender as famílias e suas demandas, bem como espaço para realização de projetos sócio-educativos à comunidade.

Resolução n.º 447/2007: “Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntas entre o assistente social e outros profissionais.” Importante salientar, também, que é uma atribuição privativa do assistente social, por ser de competência estritamente técnica e teórica-metodológica, atentando que, numa equipe multiprofissional, o assistente social emite o parecer somente de sua área em específico.

Resolução n.º 533/2008: “Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social.” Ressalta-se a obrigatoriedade do assistente social no campo de estágio para a garantia na qualidade da formação do profissional. No parágrafo único, consta o seguinte teor: “Para sua realização, a instituição campo de estágio deve assegurar os seguintes requisitos básicos: espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, dentre outros requisitos, nos termos da Resolução CFESS n.º 493/2006, que dispõe sobre as “condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social”. É importante salientar essa resolução, uma vez que é, no ambiente de estágio, que o futuro profissional começa a entender, na prática, o real significado do aprendizado dentro da Academia.

Após cinco anos da promulgação da Constituição Federal, a Lei n.º 8.662/93 vem fortalecer o profissional na atuação em sua área, diversificando seus direitos e deveres para com a sociedade e o Estado. A 10ª edição do Código de Ética incorpora algumas alterações “discutidas e aprovadas no 39º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em setembro de 2010[...]” (CFESS, 2011, apresentação). Aprovação da Lei n.º 12.317/2010, que “Acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.” (CFESS, 2010). A duração da jornada de trabalho do Assistente Social passa a ser de 30 horas semanais, sem redução salarial para o profissional.

No Código de Ética, foram apresentados 11 princípios, sendo que:

A emancipação é o valor de caráter humano-genérico mais central do CE, indicando sua finalidade ético-política mais genérica. Os demais princípios (valores) essenciais: a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são simultaneamente valores e formas de viabilização da emancipação humana. (BARROCO e TERRA, 2012, p. 58)

Atribui-se ao atual Código de Ética os valores humanos como princípio básico que norteia a sociedade como um todo, entendendo, segundo Barroco e Terra (2012, p.59), “que a democracia foi tratada como *valor central e forma política* capaz de viabilizar os valores essenciais. Trata-se de uma concepção de democracia que supõe a ultrapassagem da ordem burguesa [...]”. É, portanto, uma ordem democrática, cuja participação da sociedade é de fundamental importância para o equilíbrio político.

De acordo com o Código de Ética, em seu “Capítulo V: Parágrafo único: Em trabalho multidisciplinar só poderão ser prestadas informações dentro dos limites do estritamente necessário.” (CFESS, 2011). Determinando, assim, que os profissionais inseridos nas escolas não poderão ultrapassar limites em relação à sua conduta profissional. O artigo 4º da Lei n.º 8.662/93 é bastante esclarecedor no que concerne às atribuições do assistente social, atrelando, assim, ao Capítulo V mencionado acima. Outra alteração importante foi as nomenclaturas: de Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) para CFESS e de Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS) para Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Tratando-se da educação e do profissional, entende-se que:

O assistente social detém informações, tem conhecimento sobre os programas que devem ser postos a serviço dos usuários, reforçando seu poder reivindicatório junto às instituições responsáveis pelas políticas e programas. (BARROCO e TERRA, 2012, p. 83)

Leva-se em consideração também, que a família, em alguns casos específicos, nem sempre entende que possui direitos que não são repassados pelos profissionais educadores, por não ser área de sua competência, o que evidencia a necessidade da intervenção do assistente social. Com isso, o profissional trabalha de

acordo com os preceitos do Código de Ética profissional, a partir das demandas encontradas em seu local de trabalho, o que não quer dizer que o profissional não pode ir além da sua zona de conforto, que, neste caso em particular, seria somente os muros internos da escola: a comunidade que a cerca também faz parte do trabalho do assistente social.

2.5 O CFESS e a Educação no Serviço Social

De acordo com o órgão fiscalizador, CFESS:

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS). Para além de suas atribuições, contidas na Lei 8.662/1993, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora.⁵⁷ (CFESS, apresentação vide site oficial)

Todos os conselhos de fiscalização possuem objetivos inerentes à profissão. No caso do Serviço Social, as ações políticas em prol da sociedade estão sempre à frente como lutas trabalhistas para que o objetivo de uma sociedade igualitária seja, finalmente, consolidada. É uma luta antiga do Serviço Social, cujos representantes da classe estão sempre em atenção para as políticas públicas apresentadas pelo Estado à população.

O documento intitulado “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” foi um grande marco para a categoria, visto que a história de demandas do profissional junto à educação é antiga e urgente. Foi produzido pelo Grupo de Trabalho Nacional Serviço Social na Educação (representantes de um CRESS de cada Região do país e conselheiras do CFESS), a partir de 2008:

A crescente inserção de assistentes sociais na esfera pública e privada expressa a maior visibilidade desse profissional na área de Educação, o que deve ser examinado a partir das contradições inerentes a este movimento, a partir de uma análise teórica e política acerca dos condicionantes

⁵⁷ Trecho retirado da página eletrônica do CFESS: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/o-cfess>. Acesso em 23/05/2017.

macroestruturais, que, em tempos de mundialização do capital, dão formas específicas à Política de Educação em curso hoje no país. (CFESS, 2012).

A partir do parecer jurídico elaborado em 2000, pela Dra. Sylvia Terra, assessora jurídica do CFESS, começou-se a batalha da inserção dos assistentes sociais nas redes de Ensino Fundamental e Médio, sempre de acordo com os preceitos da Lei n.º 8.662/93. Em 2004 foi solicitado pelo CFESS um parecer para o prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida, por meio de consultoria, referente aos projetos de lei que versavam sobre a inserção do profissional na educação, resultando no documento “Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação.” Em 2006 foi aprovado, no 35º Encontro Nacional CFESS/CRESS, o GT da Educação. Em 2012 foi realizada a efetivação do documento relativo à educação.

A Política de Educação resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento das contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, conformam ações institucionalizadas em resposta ao acirramento da questão social. (CFESS, 2012)

A questão social é o cerne, neste caso para a educação, na busca de respostas da profissão em relação à sociedade que vive nessa constante mudança do capitalismo exacerbado, cuja globalização prioriza a sociedade para a vivência cotidiana. Portanto, a Política de Educação para os Assistentes Sociais, segundo o trabalho apresentado pelo CFESS e os CRESS, é um constante embate político, visto que:

travar e sistematizar os diálogos necessários a uma atuação crítica, competente, ética e politicamente orientada é uma tarefa que só se desenha de forma coesa se articulada aos processos também experimentados nas demais política sociais e com os sujeitos coletivos que nela atuam. A trajetória até aqui construída só foi possível com um caminhar coletivo e com direção política. (CFESS, 2012).

A grande vitória para a categoria e a sociedade é entender que as lutas por melhores condições na educação estarão sempre em primeiro lugar nos embates realizados em prol das crianças. Basta entender que é uma luta antiga, com

reivindicações embasadas, principalmente, nas questões sociais presentes no interior e fora dos muros das escolas.

Neste capítulo foram apresentadas três importantes leis que descrevem a política de educação (a CF/88, o ECA e a LDB), tendo em vista que são grandes suportes para a efetivação dos direitos inerentes à criança e ao adolescente em relação à inserção na escola. Em relação ao projeto de lei que trata da inserção do Assistente Social nas escolas, vários autores têm discutido, por meio de artigos, TCCs, dissertações e teses, a respeito do assunto porém, ainda não há uma legislação em nível nacional promulgada, conforme veremos no terceiro capítulo.

3 PROJETO DE LEI N.º 3.688/2000 E OUTROS PROJETOS AFINS

Vários autores de artigos, além de TCCs e teses (anexo A) apresentam sua postura em favor da aprovação do Projeto de Lei n.º 3.688/2000 para inserção do assistente social nas escolas públicas. Apesar de outros projetos anteriores terem sido apresentados para aprovação na Câmara Federal, o PL n.º 3.688/2000 tem se fortalecido juntamente com o GT do CFESS que prioriza o debate, em comunhão com os deputados federais, para consolidação do referido projeto. De acordo com Witiuk (2004), desde 1939, são realizadas apresentações a respeito do serviço social na educação. Outro fato importante é a quantidade de legislações propostas para a inserção do assistente social nas escolas. Desde de 1946 (PL-1.394-RS) até 2004 (PL-220-RS) foram apresentados 45 PLs e 2 decretos relativos ao tema.

Partindo da literatura científica analisada, chega-se ao entendimento sobre a importância da inserção do assistente social nas escolas públicas, o que é de fundamental relevância. Analisar as propostas apresentadas pelos deputados e legislações aprovadas é primordial para seguir em direção ao bem-estar das crianças e adolescentes, bem como de suas famílias, em relação aos direitos adquiridos e à qualidade educacional.

3.1 Histórico do Projeto de Lei n.º 3.688/2000

O Projeto de Lei n.º 3.688/2000, de autoria do Deputado Federal José Carlos Elias, que “dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica”⁵⁸, é uma vitória dos assistentes sociais nesse contexto, demonstrando, assim, a importância do profissional na educação básica, tendo em vista as dificuldades encontradas nas escolas públicas quando o assunto está fora dos portões da escola, pois, neste caso, a extensão fica por conta da família do estudante, ou seja, quase sempre, o problema encontra-se externamente e não no interior da escola. O assistente social, por sua vez, é o profissional capacitado para a intermediação entre a escola, a família e o estudante,

⁵⁸ Projeto de Lei 3.688/2000, disponível no site <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 06/06/2017.

bastando, para isso, que o esteja inserido nesse ambiente, o que não ocorre na maioria das escolas públicas do Brasil.

O Projeto de Lei, em pauta, no seu artigo 1º, prevê que: “O Poder Público deverá assegurar atendimento por psicólogos e assistentes sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitem.” Fica claro nesse artigo que a obrigatoriedade do profissional nas escolas é de suma importância, tendo em vista a grande demanda de alunos que dele carecem.

Entende-se que o dever do assistente social, nas escolas públicas, é de grande relevância para que o andamento na área educacional seja efetivo por parte dos pedagogos, uma vez que muitos deles acabam realizando tarefas que não são concernentes à sua função, embora o façam por necessidade, sendo de competência, em tese, do assistente social que, por sua vez, ainda não está inserido na maioria dessas escolas públicas do Brasil.

O autor do PL deixa clara essa exigência, enfatizando, no artigo 2º, que as “necessidades específicas de desenvolvimento por parte do educando serão atendidas pelas equipes multiprofissionais da escola e, quando necessário, em parceria com os profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS).”

O PL passou por diversas mudanças ao longo dos anos, conforme Ofício Circular n.º 185/2012/CFESS⁵⁹, que versa sobre o acompanhamento do PL n.º 3.688/2000, “originado na Câmara dos Deputados, em 2000, aprovado nas Comissões de Educação e Cultura (CEC) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC), no período de 2000 a 2007.” Após ter sido encaminhado para o Senado Federal, em 2007, foi “apreciado pelas Comissões de Educação (CE) e Assuntos Sociais (CAS)” (CFESS, 2012). Foi proposta pelo CFESS a alteração de “profissionais de assistência social” para “profissionais de serviço social”, cujo objetivo seria o da “garantia de contratação de assistentes sociais”, que foi aceito pelo relator e apresentado o seu texto corrigido em 2009. No referido documento, o CFESS aguardava posicionamento da então relatora, deputada Keiko Ota, em 13 de novembro de 2012.

⁵⁹ Disponível em <http://www.cressrj.org.br/download/arquivos/ofcio-circular-cfess-n-185-pl-educao.pdf>. Acesso em 30/05/2017.

De acordo com pesquisa no *site* da Câmara dos Deputados⁶⁰ a tramitação do Projeto de Lei teve início em 31/10/2000 (Anexo B). Verificando-se o último andamento, percebe-se que o PL está parado há mais de seis meses aguardando novo despacho. Durante todo o percurso, observam-se várias solicitações de vistas de deputados, mudanças de relatores, além do arquivamento do PL em alguns momentos.

O Conselho Federal de Serviço Social apresentou um documento intitulado "Subsídios para Atuação do Assistente Social na Política de Educação", na gestão 2011/2014, cujo objetivo é

contribuir para que a atuação profissional na Política de Educação se efetive em consonância com os processos de fortalecimento do projeto ético-político do serviço social e de luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, que, enquanto um efetivo direito social, potencialize formas de sociabilidade humanizadoras.(CFESS, 2011-2014, apresentação)

Assim, pode-se dizer que o Serviço Social, representado pelo CFESS, em conjunto com os Conselhos Regionais, defendem a participação contundente do assistente social na política de educação, embasados na Lei de Regulamentação da Profissão, Lei n.º 8.662/1993, cujos artigos 4º e 5º, expressam as atribuições e as competências do assistente social⁶¹; as Diretrizes Curriculares de 1996, da

⁶⁰Fonte: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050>). Acesso em 07/06/2017. Neste endereço encontra-se toda a movimentação do PL 3.688/2000. Aqui só foram incluídos alguns trechos principais.

⁶¹ Art. 4º Constituem competências do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), que trata, inclusive, que

o conteúdo deste núcleo considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social. (ABEPSS, 1996, p.12)

De acordo com a ABEPSS, a particularização das relações sociais é a intervenção do profissional na esfera da questão social, cujo agravamento encontra-se nas “particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil” (ABEPSS, 1996). O Código de Ética, princípios fundamentais que norteiam o profissional, em seu princípio V afirma que

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; (CFESS, 2012, p.23)

Em vista disso, o Projeto de Lei n.º 3.688/2000, apesar de ainda estar em tramitação no Congresso Nacional, é de suma importância para a categoria, visto que proporciona para a população direitos inerentes à educação, nos quais o assistente social, a partir do seu conhecimento ético-político, busca soluções referentes às problemáticas que se encontram dentro do ambiente escolar, sendo as expressões da questão social os fatores relevantes para que os resultados sejam positivos não só dentro como fora da escola. Sendo assim:

A Política de Educação é composta por níveis e modalidades de ensino, cada um deles possui particularidades no tocante a: dinâmica dos espaços

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social: I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social; IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pósgraduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social; X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais; XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas; XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

ocupacionais, legislações, prerrogativa dos entes governamentais, profissionais e públicos. (CFESS, 2011-2014, p. 9).

Conforme explicado acima, o entendimento sobre as políticas públicas, em especial a política de educação, demonstra o quanto é importante a aprovação do Projeto de Lei n.º 3.688/2000, visando benefícios para a população, em especial às famílias dos educandos de escolas públicas. O CFESS deixa clara a necessidade de o assistente social ser inserido nas escolas públicas, bem como seus deveres para com a sociedade, em especial os alunos das redes de ensino públicas.

Isso significa afirmar que as necessidades condizentes e de acordo com suas particularidades são analisadas pelo assistente social, a partir de demandas encontradas dentro da escola, cujas famílias são acionadas para um melhor entendimento da problemática do aluno, ou até mesmo da própria família.

3.2 O Estado de Minas Gerais e a Lei de inserção do Assistente Social nas Escolas Públicas

De acordo com estudos realizados durante a pesquisa bibliográfica, foi verificado que várias leis municipais e estaduais no Brasil foram efetivadas ao longo dos tempos. Sendo assim, aqui serão especificadas as leis municipal e estadual de Minas Gerais, uma vez que são leis recentes e de um Estado que possui a segunda maior população do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶², que é de 20.997.560, conforme estudo realizado em 1º de julho de 2016. Além disso, esses casos (Minas Gerais e Uberlândia) não foram ainda amplamente documentados e tratados pelos autores analisados, como já foram no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No Estado de Minas Gerais, município de Uberlândia, há a Lei Municipal n.º 7.961, de 7 de março de 2002, que "Implanta o Serviço Social nas escolas da rede pública municipal de Uberlândia", cuja autora do projeto é a vereadora Jerônima Carlesso. Um dos objetivos dessa Lei, em seu artigo 2º, é "propor, executar e avaliar

⁶²Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2016/estimativa_dou_2016_20160913.pdf. Acesso em 13/06/2017.

projetos que atendem as demandas sócio-econômicas-culturais da comunidade escolar, possibilitando atender a educação escolarizada em suas necessidades sociais, técnicas e políticas”.

De acordo com o artigo de Faria e Souza (2010), a partir de pesquisa elaborada por ambos, apresenta que

evidenciaram a necessidade da inserção do Assistente Social na educação, pois no cotidiano escolar ocorrem expressões da questão social cuja complexidade de demandas o conhecimento pedagógico não consegue atender. Nesse contexto, o Assistente Social é o profissional que poderia contribuir com as ações que possibilita a educação como uma prática de inclusão social. (FARIA e SOUZA, 2010, n.p.)

Sendo assim, e de acordo com o capítulo anterior, a ausência de assistentes sociais nas escolas públicas acarretam diversas problemáticas sociais.

A Lei Estadual n.º 16.683, de 10 de janeiro de 2007, de autoria do deputado estadual André Quintão, que “autoriza o poder executivo a desenvolver ações de acompanhamento social nas escolas da rede pública de ensino do estado”, apresenta, em seu artigo 1º, parágrafo único, que

As ações de que trata o caput deste artigo poderão ser implantadas no âmbito de programa governamental que tenha por objetivo o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais ou o desenvolvimento social de jovens pertencentes a comunidades que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano - IDH - ou vulnerabilidade social intensa, observadas as condições estabelecidas em regulamento.

Segundo o CRESS/MG⁶³

O IDH, índice internacional com crescente utilização, mede situações de pobreza associando três indicadores: a expectativa de vida ao nascer, o acesso à educação e o nível de renda. Dessa forma, centramos nosso foco nas políticas inclusivas em implantação, um passo importante e urgente, que pode abrir um vasto caminho. (QUINTÃO, 2007, n.p.)

⁶³ Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/cartilha-social-educacao.html>.

Neste caso específico, a atuação do assistente social, dar-se-á no sentido de que esse profissional auxilie e facilite no enfrentamento de questões sociais que dificultam o aprendizado do aluno.

No caso das leis municipal e estadual de Minas Gerais, é importante ressaltar que são casos específicos da inserção do profissional nas escolas públicas, uma vez que essas legislações não valem para todas as escolas públicas do Brasil. No entanto,

Observa-se que não existe divulgação das referidas Leis e que o poder público municipal ao cumprir a determinação do Ministério Público na implantação do Serviço Social, o fez no sentido apenas de “obediência” e não interessado, de fato, em efetivar o referido trabalho. (FARIA e SOUZA, 2010, n.p)

Entender que uma lei nacional vigore para esse objetivo é de suma importância, tendo em vista a urgência para que o assistente social passe a fazer parte do quadro de funcionários das escolas públicas, isso porque “o atendimento do Serviço Social nas escolas deveria ser efetivo, preventivo e atender o aluno em todo o seu contexto, dentro e fora do espaço escolar” (FARIA e SOUZA, 2010, n.p).

Segundo a tese de autoria de Iris de Lima Souza (2008), as cinco principais competências do assistente social são:

1: atuar, de maneira interdisciplinar e crítica na educação escolar, com uma base de conhecimento sobre o processo ensino-aprendizagem, a sociedade (nos planos social, político, econômico e cultural) e a escola como instância fundamental no desenvolvimento biopsicossocial da comunidade escolar. 2: articular uma rede de parceiros interno e externo à escola para contribuir na efetivação e na qualidade do processo educativo. 3: elaborar, coordenar e executar projetos e programas com caráter preventivo e político-pedagógico, assumindo uma postura de pesquisador. 4: atuar de maneira ética, responsável e comprometida no desempenho de suas funções. 5: trabalhar em conjunto com a equipe pedagógica na elaboração e operacionalização das ações, permitindo a concretização do projeto político-pedagógico da escola. (SOUZA, 2008, p.200-207)

Assim, para a autora, competência significa entender que os autores envolvidos são cidadãos de direitos e que, portanto, a educação, sendo um direito social, é a base de sustentação de seu desenvolvimento.

3.3 As Escolas Particulares e o Assistente Social

De acordo com o censo escolar de 2016⁶⁴, “a participação das escolas da rede privada passou de 21,1% em 2015 para 21,5% em 2016.” Essa participação significa que a quantidade de matrícula nas escolas privadas foi superada em 2016. Em relação à oferta de creches, “são 41%, Pré-escola são 26,3%, anos iniciais do Ensino Fundamental (fundamental 1) são 18,5%, anos finais do Ensino Fundamental (Fundamental 2) são 21% e Ensino Médio são de 29,2%.” Ainda, segundo o Censo Escolar 2016, as matrículas na rede de ensino básica foram de 18,4%. Isso demonstra que a quantidade de alunos nas redes de ensino privadas aumentaram em 2016, o que significa que a presença do assistente social também faz-se necessário nesse ambiente, mesmo que o Projeto de Lei n.º 3.688/2000 seja restrito às escolas públicas.

Segundo a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP), foi realizado um estudo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2013⁶⁵, no qual o número de matrículas no Ensino Básico aumentou de 13,16% para 16,46% (2005-2012); houve um crescimento médio anual de 1,63%. Segundo a FENEP, as matrículas, divididas por região, mostram que a região Sudeste apresenta o maior número de alunos matriculados na rede privada do ensino básico e a região que concentra o menor número de matriculados em escolas privadas é a Norte, ficando assim dividida: região Norte, 5,12%; região Nordeste, 27,60%; região Centro-Oeste, 7,62%; região Sul, 11,68%; e região Sudeste, 47,88%. No Distrito Federal, o Censo Escolar de 2016, realizado pela Secretaria de Educação do Distrito Federal⁶⁶, apresenta os seguintes dados referentes às escolas privadas: são 422 instituições educacionais e 180.570 alunos matriculados.

A necessidade do assistente social no espaço educacional é refletido não apenas nas escolas públicas, como também em escolas particulares, pois, como foi explicitado anteriormente, as expressões da questão social fazem parte, também, na rotina das escolas, englobando, assim, o contexto familiar de forma diferenciada,

⁶⁴Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf. Acesso em 08/06/2017.

⁶⁵ No site da FENEP constam dados somente de 2013. Não consta atualização de dados sobre as escolas privadas pela Federação. Disponível no site: <http://www.fenep.org.br/dadosensinoprivado/>. Acesso em 08/06/2017.

⁶⁶Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/servicos/censo-escolar/587-censo-escolar-2016.html>. Acesso em 08/06/2017.

porém, para o profissional, em harmonia com um projeto ético-político de acordo com os preceitos legais. Assim, o assistente social insere-se na educação privada, uma vez que não há lei que autorize (ou não) sua atuação neste setor. Contudo, o profissional que atua na educação privada geralmente é na condição de concessão de bolsas de estudo, cujo caráter é filantrópico, analisando a questão da renda familiar, através de estudos sócioeconômicos, com o objetivo de usufruir ou não das políticas internas do estabelecimento de ensino. De acordo com o artigo 213 da Constituição Federal de 1988, os recursos públicos serão aplicados na filantropia desde que haja comprovação para essa finalidade, como dito anteriormente, para a destinação de bolsas de estudo.

Conforme TCC apresentado em 2013 pela então discente da Universidade de Brasília Danielle Aranha Farias a respeito dos assistentes sociais na Rede de Ensino Marista do DF, consta, dentre outros projetos assistenciais, o projeto de apoio à educação por meio de gratuidades. A contratação das assistentes sociais é feito por meio de processo seletivo. As atribuições das profissionais na rede Marista são, na maioria das escolas, de estudos de caso, acompanhamento dos estudantes/familiar, visitas domiciliares, articulações juntos às redes sócio-assistenciais quando necessário, dentre outros relativos à atuação do profissional conforme os preceitos legais.

De acordo com entrevista elaborada por Farias (2013), percebe-se que as dificuldades encontradas pelas profissionais assistentes sociais no âmbito escolar (neste caso a rede Marista), é o pedagógico, uma vez que a falta de conhecimento dos profissionais da educação em relação às demandas do assistente social faz com que o trabalho não seja realizado de maneira eficaz. O trabalho coletivo é um fator positivo dentro da escola, fazendo com que os profissionais das diversas categorias que trabalham na escola, com a equipe multidisciplinar, possam discutir e, conseqüentemente, determinar parâmetros para realizações produtivas na escola.

Segundo Iris de Lima Souza (2008), autora da tese “Serviço Social na educação: saberes e competências necessários no fazer profissional”, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, os assistentes sociais podem contribuir “mesmo que as demandas e as formas de atuação sejam diferenciadas”, uma vez que as expressões da questão social são apresentadas em diversos contextos sociais e,

neste caso específico, são as da família dos autores envolvidos, os alunos, que necessitam de um apoio, pois a desigualdade social é um dos fatores alarmantes.

Como exemplificado acima, e segundo Santos (2012), as expressões da questão social estão dentro e fora da escola, com o estudante, a família e a comunidade, dentre elas o “desemprego, subemprego, trabalho infanto-juvenil, baixa renda, fome, desnutrição, problemas de saúde, habitações inadequadas, drogas, pais negligentes, famílias multiproblemáticas, violência doméstica, pobreza, desigualdade social, exclusão social, dentre outras manifestações.” Sendo assim, o assistente social, aliado aos demais profissionais na educação, contribuem para que sua atuação seja decisiva para a superação dos problemas sociais apresentados por estas demandas, cuja permanência da criança e do adolescente no espaço escolar exige-se uma participação do profissional juntamente com a família, a escola e a comunidade, que convivem em um mesmo espaço, que seja provisório, porém, com responsabilidades específicas desse meio.

O espaço físico da cidade materializa as hierarquias do mundo social e a sua utilização responde à condição social dos seus habitantes: na “periferia” estão não apenas os bairros pobres, mas os bairros dos pobres. Os moradores da periferia criam uma identidade que só faz sentido por contraste, compartilhando esse espaço geográfico e social como seu local de moradia em oposição ao *centro*. (SARTI, 2009, p.130).

Ainda segundo Sarti (2009), a utilização desse espaço revela sua lógica de fracionamento, cuja identidade é claramente observada como seu modo de viver. Dessa forma, o assistente social, em sua formação, permite que seja incluída, neste cotidiano da família, a escola, para que as expressões da questão social sejam, como um dos objetos de trabalho do profissional, articuladas em favor da comunidade, para que a criança, o adolescente e sua família, possam ter seus direitos garantidos, de acordo com as legislações vigentes no país.

Conforme verificado acima, tanto o Projeto de Lei quanto as leis municipal e estadual tratam da equidade da família no contexto escolar, buscando melhores condições para o aluno, dentro de sua comunidade. No caso do Projeto de Lei n.º 3.688/2000, um dos seus objetivos é a proteção de alunos e família a partir do

momento em que o assistente social é acionado para verificar a sua problemática em relação à escola.

Apesar do projeto de lei constar somente a inserção de assistentes sociais nas escolas públicas, não significa que o profissional que esteja inserido nas escolas particulares não realize seu trabalho da mesma forma que estaria realizando no espaço escolar público, pois as demandas são praticamente idênticas e necessitam de um trabalho que coloque em prática as exigências da sociedade em relação a seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como a inserção dos assistentes sociais seria benéfico para a comunidade das escolas públicas ou particulares, uma vez que esses profissionais atuam de acordo com os preceitos legais de sua regularização, como o Código de Ética, por exemplo, analisando e focando em trabalhos individuais e em grupos que, neste caso, é o aluno, a família, a escola e a comunidade, a partir do projeto ético-político do Serviço Social, bem como identificando as demandas das questões sociais, o que ultrapassa, inclusive, os muros das escolas.

Analisando as pesquisas encontradas acerca da inserção do assistente social nas escolas públicas e também particulares, observa-se que há dificuldades encontradas, no caso das escolas particulares, pelos profissionais de Serviço Social, como a falta de conhecimento por parte dos profissionais das escolas sobre a atuação do assistente social na educação. Em relação às escolas públicas, o desafio é que o Projeto de Lei n.º 3.688/2000 seja transformado em Lei para que o assistente social possa, finalmente, ser inserido em todas as escolas públicas do Brasil.

Os assistentes sociais que atuam em escolas particulares que, neste caso específico, foi analisado um TCC relacionado aos profissionais que atuam na rede Marista do DF, demonstraram, de acordo com suas experiências nesta rede, o fator positivo do trabalho em equipe, a equipe multiprofissional, proporcionando, assim, discussões em grupo sobre os casos e, conseqüentemente, a determinação de parâmetros para realizações produtivas na escola; quanto ao fator negativo prevaleceu a falta de conhecimento a respeito da atuação do assistente social, por parte dos profissionais da área de educação.

Nas pesquisas analisadas, foi possível identificar que um dos eixos de reflexão para inclusão dos assistentes sociais nas escolas públicas são as expressões da questão social, fator este que contribui para a maioria das evasões escolares.

Dada a importância do tema, torna-se necessário a realização do desenvolvimento de mais projetos voltados para a integração entre os assistentes sociais, os profissionais da educação e a família dos alunos das escolas de ensino

básico, atendendo, assim, as expectativas desses profissionais em relação à profissionalização nas escolas. Sobre a família, importante salientar que

Ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, dos quais decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas. (SARTI, 2009, p. 139)

A família continua sendo o amparo moral e legal para que a efetivação das políticas públicas – sendo uma delas, a da educação – seja efetivada da forma como articula-se nas leis vigentes.

Considerando que nem a sociedade e nem o Estado são blocos monolíticos e que as relações estabelecidas nesses âmbitos são contraditórias e expressam conflitos existentes entre diferentes concepções de proteção social, a questão da centralidade da família passa a ocupar um lugar importante no confronto entre os diferentes projetos. (MIOTO, 2008, p.144)

Manter os profissionais atualizados a respeito do Projeto de Lei n.º 3.688/2000, que visa a inserção de assistentes sociais nas escolas públicas, mostraria a realidade vivenciada por eles nas escolas, a partir do questionamento no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (PTCC), sobre qual seria a medida correta, cujo papel profissional do assistente social, a ser inserido nas escolas, poderia ter relevância para viabilizar a articulação entre a escola e a família no contexto educacional. Essa medida minimizaria as preocupações que todo profissional esteja passando ou passará enquanto inseridos nas escolas, além de sua participação efetiva em movimentos que visem a aprovação desse Projeto de Lei que, até o momento, não foi atendido em sua totalidade.

De acordo com o questionamento sobre o trabalho, o profissional pode e deve atuar em sua área profissional, deixando clara a sua importância no papel de intermediação entre a escola, a família e a criança e o adolescente, a partir de sua inserção nas escolas, quer seja pública, quer seja privada.

Os objetivos deste trabalho foram alcançados, tendo em vista que foi apresentada a importância do assistente social no contexto sócio-educacional em relação ao aluno-família-escola, bem como sua relevância nessa rede; outro fator importante foi o de conhecermos a sua atuação em escolas públicas e particulares, apontando, inclusive, para quais direitos e deveres esse profissional teria na educação. Apresentar e, também, compreender o Projeto de Lei n.º 3.688/2000 foi imprescindível para os profissionais e acadêmicos de Serviço Social, para que entendam os benefícios que esse PL trará para a sociedade em geral, uma vez que a educação faz parte da vida dessa sociedade como um processo do conhecimento de seus direitos.

Portanto, todos os objetivos destacados neste trabalho foram apresentados na íntegra cumprindo, assim, o resultado esperado que é, principalmente, entender a importância da inserção de assistentes sociais nas escolas de ensino básico.

REFERÊNCIAS

Referências Bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Miriam de Souza Leão. AZZOLIN, Ágatha Marina Murari. A Política Nacional de Educação Permanente – PNEP do SUAS: uma comparação com os respectivos modelos no âmbito da educação e da saúde. In: **XXI Seminário Latino Americano de Escuelas de Trabajo Social**, Mazatlán - México, 2015.

AMARO, Sarita (org.). **Dicionário crítico de Serviço Social**. 1ª edição. Brasília: Capes – Ministério da Educação, 2015.

ARCANJO, Fernanda. HANASHIRO, Midori. **A história da educação no Brasil**. 1ª edição. São Paulo: Ed. Biblioteca 24 horas, 2010.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**. 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo. Ed. Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 6ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da Educação**. 7ª Edição. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1993.

_____. **ABC: iniciação à competência reconstrutiva do professor básico**. 3ª edição. Campinas-SP: Papirus Editora, 2002.

_____. **Aprendizagem no Brasil: ainda muito por fazer**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **Prática do Serviço Social: o desafio da construção**. Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS, 1995.

GUELFFI, Denise Cristina. MOLINA, Vera Lúcia Ignácio. SANTOS, Mariângela Faggionato dos. **Caderno de Pesquisa em Serviço Social**. Volume II. 1ª edição. São Paulo: Ed. Biblioteca 24 horas. 2011.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Ed. Thomson, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 17ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Ed. Cortez, 2008 (p.130-148).

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. **O serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers. Serviços Editoriais Ltda, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Editora Ática, 2007.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Ed. UNESP Cultura Acadêmica, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Política e Educação no Brasil – o papel do Congresso Nacional na legislação de ensino**. São Paulo: Ed. Cortez, 1987.

SOUZA, Zulma Maria Lima de. **Características metodológicas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social**. 1979. Dissertação de Mestrado (Departamento de Serviço Social). PUC – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. I, Séculos XVI a XVIII. Petrópolis – RJ : Ed. Vozes, 2004.

_____. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III, Século XX. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 2012.

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Serviço Social: Processos e Técnicas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Livraria AGIR, 1976.

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se negueia: o campesinato como ordem moral**. Anuário antropológico/87. Brasília: Ed. Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

Referências Eletrônicas (Pesquisa Documental):

CERQUEIRA, Aliana Georgia Carvalho; CERQUEIRA, Aline Carvalho. SOUZA, Thiago Cavalcante de; MENDES, Patrícia Adorno. 2013. **A trajetória da LDB: um olhar crítico frente à realidade brasileira**. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT14092013162714.pdf>. Acesso em 12/05/2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica como direito**. 2008. Cadernos de Pesquisa, vol. 38, nº 134, p. 293-303, maio/ago. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134.pdf> Acesso em 03/07/2017. Acesso em 03/07/2017.

_____, Carlos Roberto Jamil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: um caminho percorrido, um presente desafiante**. 2017. Disponível em: http://www.apedu.org.br/home/index.php?option=com_content&view=article&id=278:lei-de-dir-e-bases-da-ed-nacional-um-caminho-percorrido-um-presente-desafiante-prof-jamil-cury&catid=3:artigos&Itemid=43. Acesso em 03/07/2017.

DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. **Serviço Social na educação: concepções e direitos em questão**. 2014, 325f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17684>. Acesso em 22/04/2017.

DRUMOND, Cíntia Nunes. **A atuação do Serviço Social na Educação: implicações e perspectivas** (2015). Graduação em Serviço Social. UnB – Universidade de Brasília. Disponível em: www.bdm.unb.br/bitstream/10483/5986/1/2013. Acesso em 12/04/2017.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: uma visão comparada.** 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300009. Acesso em 10/05/2017.

FARIA, Elir. SOUZA, Valdecina. O Serviço Social e o sistema público de ensino em Uberlândia: Um estudo sobre esta realidade. In: **Revista da Católica 2, v.3, n. 5, artigo 19.** 2010. Disponível em: catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo19.pdf. Acesso em 26/10/2016.

FARIAS, Danielle Aranha. **Educação e Serviço Social: a atuação profissional das assistentes sociais nas unidades privadas da rede Marista.** 2013. 93f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/6085?mode=full>. Acesso em 17/09/2016.

FAUSTINO, Micheli. A importância do Serviço Social na mediação das demandas que mais afligem o contexto escolar. In: **Fazendo Gênero 9. Diásporas, diversidades, deslocamentos.** 23 a 26 de agosto de 2010. Disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/.../1277897841_ARQUIVO_AimportanciadoServicoSocialnamediacadademandas. Acesso em 26/10/2016.

FEHLBERG, Maria da Penha Almeida. **Serviço Social: influências religiosas, constituição da profissão e desafios atuais.** 2009. Dissertação apresentada ao Mestrado de Teologia Prática da Escola Superior de Teologia. São Leopoldo-RS. Disponível em: livros01.livrosgratis.com.br/cp122736.pdf. Acesso em 16/05/2017.

FLORENTINO, Bruno. FLORENTINO, Angra. O assistente Social a serviço da educação pública: possibilidades e desafios. In: **Educação, Gestão e Sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós.** ISSN 2179-9636, ano 5, número 17, fevereiro de 2015. Disponível em: www.faceq.edu.br/regs. Acesso em 26/10/2016.

FREITAS, Andréa; FREIRE, Cláudia; MESQUITA, Nara; GAMA, Graziela; SINATORA, Paula. **Serviço Social na Educação Pública.** In: *Revista Maiêutica, Indaial*, v. 3, nº 1, p.117-124. 2016. Disponível em:

https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/SES_EaD/article/view/1519, Acesso em 26/10/2016.

HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. *In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”*. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300009. Acesso em 10/05/2017.

LOPES, Eleni de Melo Silva. Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público. *In: Serviço Social em revista*, volume 8, nº 2, jan/jun 2006, ISSN 16794842. Disponível em: www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_eleni.htm. Acesso em 26/10/2016.

MANDELLI, Mariana. **Os 50 anos da maior lei brasileira para a educação**. 2012. O Estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,os-50-anos-da-maior-lei-brasileira-para-a-educacao-imp-,825985>. Acesso em 12/05/2017.

MENDES, Deiseleny. AGUIAR, Marcilia. FONSECA, Vera. **A inserção do Serviço Social na educação: possibilidades e desafios**. *In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. CRESS-MG, de 7 a 9 de junho, 2013*. Disponível em: www.cress-mg.org.br/.../A%20INSERÇÃO%20DO%20SERVIÇO%20SOCIAL%20%.... Acesso em 26/10/2016.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. In: Ver. Katál. Florianópolis, vol.12, n.2, p. 268-277, jul/dez 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/>. Acesso em 02/06/2017.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam**. *In: Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 2, p.182-206, 2009*. Disponível em: seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view%20File/136/187. Acesso em 26/10/2016.

PORTES, Lorena. PORTES, Melissa. ORLOWSKI, Rosely. **Serviço Social, Educação e Família: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano**. *In: Olhar*

de Professor, Ponta Grossa, 4(1): 155-170, 2001. Disponível em: [www.revistas2.uepg.br › Capa › v. 4, n. 1 \(2001\) › Portes](http://www.revistas2.uepg.br/Capa/v.4,n.1(2001)/Portes). Acesso em 26/10/2016.

SANTOS, André Michel dos. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil**. 2007. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>. Acesso em 02/10/2016.

SANTOS, Nelma. **Serviço Social e Educação: contribuições do assistente social na escola**. In: *Vivências: Revista Eletrônica de Extensão URI, ISSN 1809-1636, vol. 8, nº 15: p. 124-134, outubro/2012*. Disponível em: www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_015/artigos/pdf/Artigo_10.pdf. Acesso em 26/10/2016.

SCHNEIDER, Glaucia Martins. HERNANDORENA, Maria do Carmo A. (organizadoras). **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Província Marista do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <http://socialmarista.org.br/arq/arquivo/2012/4/servico-social-e-educacao.pdf>. Acesso em 15/09/2016.

SILVA, Lucinei. CARDOSO, Valdirene. **Serviço Social na política de educação: inserção do Assistente Social na escola**. In: *III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, CRESS-MG, de 7 a 9 de junho, 2013*. Disponível em: www.cress-mg.org.br/.../SERVIÇO%20SOCIAL%20NA%20POLÍTICA%20DE%20E... Acesso em 26/10/2016.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na educação: saberes e competências necessários no fazer profissional**. 2008, 238f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14163/1/IrisLS.pdf>, Acesso em 18/04/2017.

SOUZA, Mércia Cardoso de. SANTANA, Jacira Maria Augusto Moreira Pavão. **O direito à educação no ordenamento constitucional brasileiro**. 2010. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7368. Acesso em 11/05/2017.

SOUZA, Silvana Aparecida de. YANNOULAS, Sílvia Cristina. **Equipes multidisciplinares nas escolas de educação básica: Velhos e novos desafios. In: Psicologia escolar: que fazer é esse?** VIANA, Meire Nunes , FRANCISCHINI, Rosângela. (Orgs). 2016. Brasília: XVI Plenário – Gestão 2013/2016. Conselho Federal de Psicologia. Disponível em http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/08/CFP_Livro_PsinaEd_web-1.pdf. Acesso em 19/06/2017.

STREY, Scharleni. **Serviço Social no campo educacional: a necessária inserção do assistente social na política de educação básica pública estadual no município da Grande Florianópolis.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2.2015, na Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/166075>. acesso em 27/10/2016.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória sócio-histórica do Serviço Social no espaço da educação escolarizada**, 2004, 331f. Tese (doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: books.scielo.org/id/d4swh/pdf/martins-9788539302437.pdf. Acesso em 16/05/2017.

Referências Eletrônicas (Legislações):

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em 13/06/2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.688, de 2000. Autor: José Carlos Elias, PTB/ES.** 2010. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=13881CC721CAFA4D90FED540A96343E6.node1?codteor=1115163&filename=Avulso+-PL+3688/2000. Acesso em 15/09/2016.

_____. Governo Federal. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em:

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em 15/09/2016.

_____. Governo Federal. Ministério da Educação. **FUNDEF. Departamento de Financiamento da Educação Básica**. 1996. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/fundef/funf.shtm>. Acesso em 12/05/2017.

_____. Governo Federal. Ministério da Educação. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Escola**. 2007. Disponível em: <http://pdeescola.mec.gov.br/index.php/o-que-e-pde-escola>. Acesso em 12/05/2017.

_____. Governo Federal. Ministério da Educação. **ENEM – Apresentação**. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/enem-sp-2094708791>. Acesso em 12/05/2017.

_____. Governo Federal. Ministério da Educação. **PROUNI – O Programa**. 2004. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>. Acesso em 12/05/2017.

_____. Governo Federal. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em 10/05/2017.

_____. Governo Federal. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação – CNE**. Página sem data. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>. Acesso em 13/03/2017.

_____. Presidência da República. **Lei nº 9394, de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 28/10/2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição Federal de 1988 - CF/88**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 15/09/2016.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição Política do Império do Brasil**, 1824. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11/05/2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em 07.05.2017.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social.** 10ª edição. 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 15/09/2016.

_____. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na Política de Educação.** Gestão 2011-2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em 28/10/2016

GOVERNO FEDERAL. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Lei Estadual nº 16.683, de 10/01/2007. Autoriza o Poder Executivo a desenvolver ações de acompanhamento nas escolas da rede pública de ensino do Estado.** 2007. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=16683&ano=2007>. Acesso em 28/10/2016.

_____. Prefeitura Municipal de Uberlândia. **Lei Municipal nº 7961, de 07/03/2002. Implanta o Serviço Social nas escolas da rede pública municipal de Uberlândia.** 2002. Disponível em: <http://cm-uberlandia.jusbrasil.com.br/legislacao/839796/lei-7961-02>. Acesso em 28/10/2016.

QUINTÃO, André. **Acompanhamento social na educação: Lei 16.683/07.** 2007. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/cartilha-social-educacao.html>. Acesso em 07/06/2017.

ANEXOS

ANEXO A: Quadro-resumo da análise documental

TIPO	ANO	TEMA	AUTOR(ES)
ARTIGO	2001	Serviço Social, Educação e Família: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano.	-Lorena Ferreira Portes. -Melissa Ferreira Portes. -Rosely Orlowski.
ARTIGO	2006	Serviço Social e Educação: as perspectivas de avanços do profissional de Serviço Social no sistema escolar público	-Eleni de Melo Silva Lopes.
ARTIGO	2007	As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil.	-André Michel dos Santos.
ARTIGO	2009	Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam.	Maria Cristina Piana.
ARTIGO	2010	A importância do Serviço Social na mediação das demandas que mais afligem o contexto escolar.	Micheli Klauberg Faustino
ARTIGO	2010	O Serviço Social e o sistema público de ensino em Uberlândia: um estudo sobre esta realidade.	-Elir Lopes de Faria. -Valdecina de Freitas Souza.
ARTIGO	2012	Serviço Social e Educação: contribuições do assistente social na escola.	-Nelma Souza dos Santos.
ARTIGO	2013	A inserção do Serviço Social na educação: possibilidades e desafios.	-Deiseleny Lopes Mendes. -Marcília Silva Aguiar. -Vera Lúcia Mergener da Fonseca
ARTIGO	2013	Serviço Social na Política de Educação: inserção do assistente social nas escolas.	-Lucinei Gasparina da Silva. -Valdirene Beatriz Cardoso.
ARTIGO	2015	O Assistente Social a serviço da educação pública: possibilidades e desafios.	-Bruno Ricardo Bérnago Florentino -Angra dos Reis Florentino

ARTIGO	2016	Serviço Social na Educação Pública.	-Andréa Freitas. -Claudia Freire. -Nara Mesquita. -Graziela Gama. -Paula Sinatora.
TCC	2013	A atuação do Serviço Social na Educação: implicações e perspectivas.	-Cintia Nunes Drumond.
TCC	2013	Educação e Serviço Social: a atuação profissional das assistentes sociais nas unidades privadas da rede Marista.	-Danielle Aranha Farias.
TCC	2015	Serviço Social no campo educacional: a necessária inserção do assistente social na política de educação básica pública estadual nos municípios da Grande Florianópolis.	-Scharleni Strey.
TESE	2008	Serviço Social na educação: saberes e competências necessários no fazer profissional	Iris de Lima Souza.
TESE	2014	Serviço Social na educação: concepções e direitos em questão.	-Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago.
TESE	2004	A trajetória socio-histórica do Serviço Social no espaço da escola.	-Ilda Lopes Witiuk.

ANEXO B: Resumo da tramitação do Projeto de Lei nº 3.688/2000

Data	Andamento
31/10/2000	PLENÁRIO (PLEN) <ul style="list-style-type: none"> APRESENTAÇÃO E LEITURA DO PROJETO PELO DEP JOSE CARLOS ELIAS.
01/11/2000	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) <ul style="list-style-type: none"> Publicação Inicial. DCD 02/11/2000 PÁG 53723 COL 01. Inteiro teor
23/01/2001	Comissão de Educação e de Cultura (CEC) <ul style="list-style-type: none"> Recebido pela CECD
24/04/2002	Comissão de Educação e de Cultura (CEC) <ul style="list-style-type: none"> Aprovado requerimento da Sra. Miriam Reid que requer a realização de Audiência Pública para discutir a introdução do Assistente Social na escola.
25/04/2002	Comissão de Educação e de Cultura (CEC) <ul style="list-style-type: none"> Designada Relatora, Dep. Miriam Reid
31/01/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno
01/04/2003	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) <ul style="list-style-type: none"> Desarquivado nos termos do Artigo 105 do R.I
28/06/2005	Comissão de Educação e de Cultura (CEC) <ul style="list-style-type: none"> Parecer da Relatora, Dep. Celcita Pinheiro (PFL-MT), pela aprovação deste, do PL 837/2003, do PL 1031/2003, do PL 1497/2003, do PL 2513/2003, do PL 2855/2004, do PL 3154/2004, do PL 3613/2004, e do PL 4738/2004, apensados, com substitutivo, pela rejeição do PL 1674/2003, apensado, e pela prejudicialidade da ESB 1 CEC. Inteiro teor

Data	Andamento
03/08/2005	<p>Comissão de Educação e de Cultura (CEC) - 10:00 Reunião Deliberativa Ordinária</p> <ul style="list-style-type: none"> Aprovado por Unanimidade o Parecer, apresentou voto em separado a Deputada Iara Bernardi
25/08/2005	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE)
21/11/2005	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none"> Parecer do Relator, Dep. André de Paula (PFL-PE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, do Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura, do PL 837/2003, com emenda, do PL 1031/2003, com emendas, do PL 1497/2003, do PL 1674/2003, com emendas, do PL 2513/2003, do PL 2855/2004, do PL 3154/2004, com emendas, do PL 3613/2004, com emenda, e do PL 4738/2004, apensados. Inteiro teor
31/01/2007	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Arquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno. DCD 01 02 07 PAG 107 COL 01 SUPLEMENTO 01 AO Nº 21. Inteiro teor
07/02/2007	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do REQUERIMENTO N.º 108, DE 2007, pelo Deputado(a) Carlos Souza, que solicita o desarquivamento de proposição. Inteiro teor
22/03/2007	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-108/2007 DCD 23 03 07 PAG 11938 COL 01. Inteiro teor
12/06/2007	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 14:00 Reunião Deliberativa Ordinária</p>

Data	Andamento
	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado por Unanimidade o Parecer
13/07/2007	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Ofício SGM-P 1280/2007 à CCJC encaminhando este projeto para elaboração da Redação Final, nos termos do Artigo 58, §4 e Artigo 24, II, do RICD. Encaminhado à CCP
07/08/2007	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - 14:00 Reunião Deliberativa Ordinária</p> <ul style="list-style-type: none"> Aprovada a Redação Final por Unanimidade
21/08/2007	<p>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</p> <ul style="list-style-type: none"> Remessa ao Senado Federal por meio do Of. n. 382/07/PS-GSE.
12/11/2010	<p>PLENÁRIO (PLEN)</p> <ul style="list-style-type: none"> Recebido o Ofício 2.225/2010, do Senado Federal, que Comunica à Câmara dos Deputados que o Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo em anexo, o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (PL nº 3.688, de 2000, nessa Casa), que "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica", que ora encaminho para apreciação dessa Casa. Inteiro teor Apresentação da Emenda/Substitutivo do Senado n. 3688/2000, pelo Senado Federal, que: "Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (PL nº 3.688, de 2000, na Casa de origem), que 'Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica'. Substitua-se o Projeto pelo seguinte: Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

Data	Andamento
	". Inteiro teor
07/04/2011	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)
29/03/2012	Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Requerimento n. 193/2012, pelo Deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que: "Requer a realização de audiência pública para debater o PL 3688/2000 que 'dispõe sobre a introdução do Assistente Social no quadro de profissionais em cada escola'". Inteiro teor Apresentação do Requerimento n. 194/2012, pelo Deputado Amauri Teixeira (PT-BA), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia dessa Comissão do PL 3688/2000 que 'dispõe sobre a introdução do Assistente Social no quadro de profissionais em cada escola'". Inteiro teor
03/05/2012	Comissão de Educação e de Cultura (CEC) <ul style="list-style-type: none"> Designada Relatora, Dep. Keiko Ota (PSB-SP)
17/04/2013	Comissão de Educação (CE) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CE, pela Deputada Keiko Ota (PSB-SP). Inteiro teor Parecer da Relatora, pela aprovação do Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 3.688/2000. Inteiro teor
14/08/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none"> Designado Relator, Dep. Fabio Trad (PMDB-MS)
18/09/2013	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <ul style="list-style-type: none"> Apresentação do Parecer do Relator, PSS 1 CCJC, pelo Deputado Fabio Trad (PMDB-MS). Inteiro teor

Data	Andamento
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parecer do Relator, Dep. Fabio Trad (PMDB-MS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Substitutivo do Senado ao PL 3.688/2000, na forma original, e no formato aprovado na Comissão de Educação e Cultura, salvo, quanto a esta, a exclusão de expressão no art. 2º. Inteiro teor
16/04/2015	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Designado Relator, Dep. Glauber Braga (PSB-RJ)
29/05/2015	<p>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Glauber Braga (PSB-RJ). Inteiro teor ▪ Parecer às Emendas ou ao Substitutivo do Senado, Dep. Glauber Braga (PSB-RJ), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do formato adotado pela Comissão de Educação. Inteiro teor
31/10/2016	<p>PLENÁRIO (PLEN)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do Requerimento de Inclusão na Ordem do Dia n. 5446/2016, pela Deputada Jéssica Sales (PMDB-AC), que: "Requer a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 3688, de 2000, que 'dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola'". Inteiro teor